

HISTÓRIA
DA VIDA PRIVADA
NO BRASIL

1

*Cotidiano e vida privada
na América portuguesa*

Coordenador-geral da coleção:
FERNANDO A. NOVAIS

Organizadora de volume:
LAURA DE MELLO E SOUZA

1ª reimpressão



COMPANHIA DAS LETRAS

JEAN GOMES DE SOUZA

Copyright © 1997 by Os Autores

Projeto gráfico e capa:
Hélio de Almeida
sobre *Um erudito trabalhando*
em seu gabinete, aquarela
de Jean Baptiste Debret

Guardas:
Azulejos da sede da Reitoria
da Universidade Federal
da Bahia, século XVIII

Secretaria editorial
e pesquisa iconográfica:
Fernanda Carvalho

Preparação:
Márcia Copola

Revisão:
Cecília Madarás
Carmen S. da Costa
Ana Maria Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História da vida privada no Brasil : cotidiano e vida privada na
América portuguesa / organização Laura de Mello e Sou-
za. — São Paulo : Companhia das Letras, 1997. — (His-
tória da vida privada no Brasil ; 1)

Bibliografia
ISBN 85-7164-651-1 (obra completa)
ISBN 85-7164-652-X (v. 1)

1. Brasil - Civilização 2. Brasil - História - Período colo-
nial 3. Brasil - Usos e costumes I. Souza, Laura de Mello e. II.
Série.

97-1045

CDD-981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Vida privada : Civilização : História 981

1997

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 72
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 866-0801
Fax: (011) 866-0814

7

O QUE SE FALA E O QUE SE LÊ:
LÍNGUA, INSTRUÇÃO E LEITURA

Luiz Carlos Villalta

VIDA PRIVADA E COLONIZAÇÃO:
O LUGAR DA LÍNGUA,
DA INSTRUÇÃO E DOS LIVROS

Um dos primeiros cronistas da colonização portuguesa na América, Pero de Magalhães Gandavo, escreveu que os índios do litoral brasileiro não tinham as letras “F, nem L, nem R”, não possuindo “Fé, nem Lei, nem Rei” e vivendo “desordenadamente”.¹ Essa suposição de uma ausência lingüística e de “ordem” revela, um tanto *avant la lettre*, o ideal de colonização trazido pelas autoridades civis e eclesiásticas portuguesas: superar a “desordem”, fazendo obedecer a um Rei, difundindo uma Fé e fixando uma Lei. Um Rei com interesses temporais (e, portanto, materiais); uma Fé, a da Igreja da Contra-Reforma; e uma Lei, misto de normas jurídicas fixadas pelo Estado e pela Igreja, e de modelo de civilização. F, L e R, associados e misturados, pois Coroa e Igreja irmanavam-se.² Mas F, L e R enfrentaram muitas resistências na América portuguesa, decerto mais que no Reino, motivo pelo qual os agentes d’el-rei repetiram constantemente que os povos do Brasil eram “bárbaros”, deslocando ou estendendo essa pecha dos indígenas para outros sujeitos históricos e, com isso, legitimando a continuidade da colonização.³

Língua, instrução e livros, nesse quadro, em termos das expectativas metropolitanas, deveriam desenvolver-se sob a égide de um Rei, uma Fé e uma Lei. Mas, na realidade colonial, sujeitaram-se às concessões e à ineficácia dos agentes d’el-rei, à confusão do *público* com o *privado*, permearam-se pela sociabi-

lidade comunitária e pela civilidade das aparências vigente no Antigo Regime — um padrão de civilidade que cindia o parecer e o ser e, ao mesmo tempo, conferia ao espaço público grande importância na identificação dos indivíduos e dos grupos, tornando a glorificação das aparências, a simulação e a dissimulação uma regra básica de sociabilidade.⁴ Língua, instrução e livros, além disso, foram vítimas e evidências de que as terras brasileiras fizeram-se a porção mais preciosa do Império colonial português sem, contudo, tornarem-se um imenso Portugal. Vítimas, porque a Coroa procurou controlá-los para manter a obediência, o que, na Colônia, exigia *dependência* — com tal tutela, mais incisiva no que toca à imposição da língua portuguesa, a instrução escolar e a circulação de livros, já gravados na Metrôpole, prejudicaram-se sobremaneira. Ao mesmo tempo, como a instrução escolar e os livros rareavam e, em muitos espaços, falavam-se “línguas gerais” de origem tupi, evidenciava-se a distância que separava a Colônia do Reino, sinalizando que a primeira era menos “civilizada” e, por conseguinte, justificando a preservação do vínculo colonial.

Às autoridades metropolitanas, por um lado, interessava sobretudo fixar exemplos edificantes para os povos mediante a aterrorização, propósito não propriamente pedagógico... Entre as camadas humildes, por outro, difundiu-se o aprender-fazendo: extramuros da escola, na luta pela sobrevivência, adquiriam-se os rudimentos necessários para garantir a subsistência e para reproduzir os papéis que lhes eram reservados na sociedade. Em alguns casos, esse aprender-fazendo engastava-se em vínculos menos informais, envolvendo uma relação claramente contratada entre mestres e aprendizes; era normal em particular para o aprendizado de habilidades, ofícios e primeiras letras. Nessa situação, alargava-se o campo educacional, mas se empobrecia a instrução escolar: mais do que polir, cabia, na perspectiva das autoridades, cultivar a obediência, e, aos olhos das camadas mais humildes, garantir a sobrevivência. Quanto à língua, a imposição do português foi vista como forma de preservar a Colônia; porém, tal ímpeto foi contrabalançado pelas necessidades cotidianas, que requereram as *linhas gerais* e se acomodaram a elas com variações no tempo e no espaço. Por F, L e R, e também pelas expectativas dos grupos sociais da Colônia, a língua portuguesa avançou, na proporção da passagem dos séculos, en-

quanto foram múltiplos os lugares da educação e, inversamente, estreitos os espaços da instrução escolar e dos livros. No século XVIII, porém, no discurso das autoridades, a educação escolar ganhou mais importância; a Coroa procurou, ainda, afiar o controle sobre a circulação dos livros e desenvolver uma política de difusão do português.⁵ E a sociedade colonial passou a valorizar mais a instrução, o acesso aos livros em geral e às idéias “defesas”, proibidas.

LÍNGUAS: DA POLIFONIA À LIBERTINAGEM

Até chegar a uma larga difusão, a língua portuguesa percorreu um longo caminho. Viu-se, nas décadas iniciais do século XVI, quase esquecida devido à indianização do colonizador português e, ao mesmo tempo, ameaçada pela presença freqüente de outros falares europeus. Depois, curvou-se, com diferenças no tempo e no espaço, às “línguas gerais” de origem tupi-guarani; além disso, na parte meridional do país (no Extremo Sul e no Oeste do Paraná, territórios então jurisdicionados à Espanha, e também em São Paulo na época da União Ibérica), sofreu a concorrência do espanhol. Implacável com as línguas africanas, enfrentou o francês, quando das incursões fugazes na baía de Guanabara, entre 1555 e 1560, e no Maranhão, entre 1611 e 1615; e o holandês, no Nordeste, entre 1630 e 1654.

No alvorecer do período colonial, supõe-se, havia cerca de 340 línguas indígenas no Brasil. As línguas que possuem afinidade genética relativamente estreita são agrupadas em famílias, e estas últimas, assim como as línguas não classificadas em nenhuma delas, encontram-se reunidas em quatro troncos lingüísticos: aruaque, karib, tupi e jê. Existem, porém, famílias não classificadas nos troncos — como txapakúra, guaicura, catuquina, mura, nambiquara e pano — e também línguas sem parentesco genético com qualquer outra — as línguas macu, tucano e ianomâmi, consideradas “famílias isoladas”, isto é, famílias de um só membro.⁶ Os indígenas que ocupavam a costa brasileira e a bacia dos rios Paraná e Paraguai eram bastante homogêneos em termos culturais e lingüísticos, pertencendo ao tronco tupi: os Guarani, ao sul, na bacia Paraná-Paraguai e no litoral, da lagoa dos Patos até Cananéia, em São Paulo; e os Tupi, na costa, de Iguape até o

Ceará.⁷ Interrompendo esse *continuum* tupi-guarani, encontravam-se os *Tapuia*, denominação genérica dada pelos lusitanos aos Não-Tupi. A bacia amazônica marcava-se pela heterogeneidade lingüística, sendo área de línguas dos grupos os mais distintos, indo do tronco tupi aos Aruaque e Caribe, e às famílias isoladas tucano e macu. Línguas macro-jê estendiam-se pela região central, passando pelo Pará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.⁸

De um modo geral, os europeus manipularam a diversidade lingüística indígena e procuraram, ao mesmo tempo, conhecer as línguas nativas. Começaram a se instalar no litoral e, aos poucos, embrenharam-se, levando os aborígenes a se moverem para o interior. No início do século XVI, via-se, aqui e acolá, a presença das línguas portuguesa, francesa e castelhana. Portugueses, franceses e espanhóis miscigenaram-se com os brasis, indianizando-se: adotaram seus costumes e suas línguas, sobretudo as do tronco tupi. Alguns tornaram-se verdadeiros régulos; são notórios os portugueses João Ramalho e o bacharel de Cananéia, ambos no litoral paulista, e Caramuru, na Bahia. Esses primeiros europeus e seus descendentes, quando se defrontaram, anos depois, com a crescente presença portuguesa, alimentada pelo contínuo fluxo migratório, oscilaram entre a quase total renitência em abandonar a língua e os costumes gentílicos e uma inserção conflituosa na ordem Fé, Lei e Rei.⁹ Mas João Ramalho e seus filhos, assim como, nos séculos seguintes, outros homens de igual perfil — no Seiscentos, por exemplo, Martim Soares Moreno e Jerônimo de Albuquerque, responsáveis pelas derrotas dos franceses no Maranhão, e Domingos Jorge Velho, que esmagou o quilombo dos Palmares —, foram fundamentais para a consolidação do domínio da Coroa portuguesa sobre as terras brasileiras, preservando e expandindo os territórios d'el-rei.¹⁰ No território até 1750 jurisdicionado à Espanha, em área contígua ao Paraguai, ao Uruguai e à Argentina, os colonizadores preocuparam-se, primeiro, em fazer alianças com os Guarani, cimentadas por uniões com as mulheres índias. Com isso, formou-se uma população mestiça e bilíngüe, que falava a “língua geral guarani” e, mais secundariamente, o espanhol.¹¹

A partir do avanço do processo colonizatório, a indianização recuou, mas os lusitanos continuaram a render-se à

KATECISMO
INDICO
 DALINGVAKARIRIS,
 ACRESCENTADO DE VARIAS
 Praticas doutrinaes, & moraes, adapta-
 das ao genio, & capacidade dos
 Índios do Brasil,
 PELO PADRE
Fr. BERNARDO DE NANTES,
Capuchinho, Prêgador, & Missionario
Apostolico;
 OFFERECIDO
 AO MUY ALTO, E MUY PODEROSO REY
 de Portugal
DOM JOÃO V.
 S. N. QUE DEOS GARDE.



LISBOA,
 Na Officina de VALENTIM DA COSTA
 Deslandes, Impressor de Sua Magestade.
 M. DCCIX.
Com todas as licenças necessarias.

TESORO
 DE LA LENGVA
 GVARANI.
 COMPVESTO POR EL PADRE
Antonio Ruiz, de la Compañia de
IESVS.
 DEDICADO A LA SOBERANA VIRGEN
M A R I A

PECADO ORIGINAL.



CONCEBIDA SIN

MANCHA DE

Con Privilegio. En Madrid por Iuan Sanchez. Año 1639.

miscigenação e às chamadas “línguas gerais” de origem tupi. A geografia e o tempo das “línguas gerais” são bastante matizados, variando em conformidade com as diferenças numéricas entre as populações indígenas (Tupi e Não-Tupi), africanas e portuguesa; o peso das atividades econômicas voltadas para o mercado externo; a força dos interesses missionários; o grau de desenvolvimento urbano; e o empenho das autoridades laicas em difundir o português. No Oeste do atual Paraná e nas margens orientais do rio Uruguai, estabeleceu-se a “língua geral guarani”, falada desde os inícios da presença espanhola, do século XVI até o Setecentos. No litoral brasileiro, no século XVI, de São Paulo até o Nordeste, era de uso corrente a “língua brasílica”, ou “língua do mar”, mais tarde denominada tupinambá. Em São Paulo, imperou, até a primeira metade do século XVIII, a “língua geral do Sul”, cujas origens eram a língua dos índios Tupi de São Vicente e do alto rio Tietê e que

portanto, tergiversando nas normas), e a empregar cantigas sacras, vertidas para o tupinambá, em cerimônias religiosas acompanhadas por instrumentos indígenas. Por fim, os jesuítas compuseram gramáticas da língua tupinambá (a de José de Anchieta, em 1595, e a do padre Luís Figueira, em 1621), publicaram em 1575 traduções do pai-nosso, da ave-maria e do credo, e trabalharam coletivamente na elaboração de um catecismo em língua tupinambá, editado em 1618 com o nome *Catecismo na língua brasílica*. José de Anchieta produziu composições próprias, em verso, na língua tupinambá: em seus autos, encenados em várias partes da América portuguesa, a língua brasílica era pronunciada ao lado do português e do espanhol. A partir de fins do século XVII, inicianos e frades de outras ordens difundiram o tupinambá entre nativos Não-Tupi da Amazônia, dando à luz o *nheengatu*.¹³

No território espanhol, área sob a influência do Paraguai, a partir dos inícios do século XVII, os colonizadores complementaram a política de miscigenação com estímulos à entrada de missionários, franciscanos e jesuítas, presentes na região desde o final do século XVI. Nas missões, os jesuítas, longe de difundir o espanhol ou o português, tenderam a preservar o guarani de maiores contatos com as línguas ibéricas. A manutenção do guarani colaborou para atrair as incursões dos paulistas, que falavam a “língua geral do Sul” e tinham interesse em aprisionar índios com os quais tivessem afinidade lingüística. No Oeste do Paraná, nas missões do Guairá, destruídas pelos paulistas nos idos de 1628-32, os padres, em seu esforço catequético, imitavam o modo indígena de discursar, andando de um lado para o outro e batendo no peito enquanto falavam. Os missionários, além disso, na primeira metade do século XVII, elaboraram duas gramáticas do guarani: a gramática de Alonso de Aragona e a de Antonio Ruiz de Montoya, que publicou um catecismo e também dois dicionários, espanhol-guarani e guarani-espanhol.

A maior vinculação à política mercantilista afetou a sobrevivência das línguas gerais, na medida em que implicava um aumento da participação de indivíduos de origem portuguesa e africana no conjunto da população. Desse modo, no Nordeste agroexportador da cana-de-açúcar, o português tornou-se predominante nos inícios do século XVII. Em Minas Gerais, a eliminação dos povos e das línguas indígenas foi

radical, em decorrência do desenvolvimento urbano acentuado e da força da mineração no conjunto da economia, assentada no uso do escravo africano. Os índios, na região mineradora, foram sendo massacrados e empurrados progressivamente para além das fronteiras da ocupação lusitana. Todavia, a existência de topônimos de origem tupi em Minas Gerais, em Goiás e no Mato Grosso, mesmo em regiões não habitadas por índios desse tronco lingüístico, demonstra que a “língua geral do Sul” fez-se presente, trazida pelos paulistas.¹⁴

São Paulo colonial esteve, até certo ponto, à margem da economia de exportação. Não que a economia paulista se pautasse apenas pela subsistência: voltada para o mercado interno, ela se organizava em grande parte para o abastecimento dos setores exportadores. Tal situação envolveu menor presença dos africanos e, inversamente, a contínua busca e o uso disseminado do escravo indígena. Nessas circunstâncias, a “língua geral” tornou-se hegemônica, difundindo-se por todas as camadas sociais e irradiando-se do privado para o público. Apenas no domínio público encontrava alguma rivalidade do português. No espaço doméstico, mulheres de origem indígena uniam-se a portuguesas e a mamelucos, transmitindo, por gerações e gerações, costumes e língua. Havia mulheres, ademais, que com certeza só sabiam a “língua geral”, como Luíza Esteves, que em 1636 precisou de um intérprete para dialogar com o juiz de órfãos, recém-chegado à capitania. Os escravos, em sua maioria de origem indígena, reforçavam o uso da “língua geral” no âmbito do privado. O português era uma língua que existia no espaço público: era aprendido por aqueles poucos que freqüentavam a escola dos padres, utilizado nos documentos escritos e cerimônias, possuindo, assim, um caráter mais propriamente oficial do que público. No domínio público, contudo, precisava-se falar em tupi, sem o que parte da população nada compreendia. Por isso, foram recorrentes, até os inícios do Setecentos, os pedidos das autoridades para que se enviassem à capitania somente vigários versados na língua dos índios.

Emblemático da situação lingüística em São Paulo colonial foi o uso de alcunhas. As alcunhas possuem uma certa dubiedade: por um lado, enraízam-se em características particulares, individuais, às vezes até íntimas, daqueles aos quais

elas dão nome, mas, por outro, são forjadas socialmente, no sentido de que sua atribuição aos indivíduos depende da interferência da sociedade, ocorrendo, assim, no espaço público. Os apelidos, dessa forma, são pontes que conduzem do privado para o público, expressando de modo bastante claro como se dá a articulação entre esses dois domínios: em síntese, nas alcunhas se fundem a identidade privada e a identidade pública. No século XVII, os apelidos tinham quase todos procedência indígena, sendo poucos os de origem portuguesa: Manuel Dias de Siqueira era conhecido como o Apuçá; Gaspar Vaz da Cunha, o Jaguaretê; Francisco Ramalho, o Tamarutaca; e Antonio Rodrigues de Góis, o Tripoi. Bartolomeu Bueno talvez deva a alcunha de Anhangüera não aos índios, mas a seus conterrâneos. Nomes e apelidos de origem lusitana receberam um sufixo aumentativo tupi: Mecia Fernandes, Meciuçu, e Pedro Vaz de Barros, Pedro Vaz Guaçu. No século XVIII, foram rareando as alcunhas tupi e aumentando o número das portuguesas, certamente pelo afluxo de reinóis após as descobertas do ouro. Do século XVI aos inícios do XVIII, em São Paulo, no público e no privado, portanto, os indivíduos eram identificados por termos indígenas, demonstrando o quanto a cultura dos paulistas era indianizada, mameluca e, por conseguinte, como se distanciava da Metrópole, do conjunto F, L e R. Essa gente mameluca e indianizada de São Paulo, contudo, aproximava-se, via de regra, de R, d'el-rei, tendo contribuído decisivamente para a ampliação dos territórios do soberano. A fidelidade ao soberano, porém, não foi incondicional, sendo vários os momentos de conflito; e, num deles, a diferença lingüística mostrou o quanto poderia ser perigosa: em 1709, durante a guerra dos Emboabas (nome tupi que significa "estrangeiro", utilizado pelos paulistas para designar os "forasteiros" que disputavam com eles o controle das minas), o governador Antonio de Albuquerque Coelho, em Guaratinguetá, surpreendeu paulistas tramando, em língua geral, sua morte. Como tinha vivido no Maranhão, onde era corrente o uso do tupinambá, o governador percebeu qual era a sorte que lhe estavam reservando.¹⁵

Na segunda metade do século XVIII, sob Pombal, a Coroa começou a desenvolver uma política de língua, impondo o uso do português e priorizando o ensino da gramática portuguesa. No Grão-Pará e Maranhão, área em que esta política

foi mais incisiva, procurou-se difundir o português para legitimar a posse da terra e, inversamente, coibir o uso do *nheengatu*, visto como um obstáculo e, principalmente, temido como meio de controle dos índios pelos missionários. Renomearam-se as aldeias indígenas com nomes de localidades portuguesas (Santarém e Soure, por exemplo), proibiu-se o uso de outra língua que não o português e incentivou-se o ensino deste, primeiro, por escolas locais e, depois, por seminários, em que os alunos viviam sob internato. Os êxitos, porém, foram restritos. O ensino do português nas escolas locais não levou ao abandono do *nheengatu*, em virtude da força deste na cultura oral, no privado e no público. Já nos seminários, nos quais as crianças ficavam segregadas dos pais, obteve-se sucesso; eles, todavia, atendiam sobretudo aos brancos e índios principais da terra. Com isso, o português, no Grão-Pará, tornou-se apanágio das elites, e o *nheengatu* avançou pelo século XIX, sobrevivendo em alguns locais até hoje.¹⁶ Essa região, porém, foi o único bastião de resistência das línguas gerais, substituídas pelo português em todas as demais partes do país em razão da combinação ou atuação isolada do ensino da língua portuguesa, do maior vínculo com a política mercantilista, da preponderância numérica dos brancos e africanos, do desenvolvimento urbano e da ausência dos missionários.

O tratamento dispensado às línguas africanas foi completamente diferente do concedido aos idiomas indígenas: não houve quase concessões por parte do colonizador. Os negros originavam-se principalmente da costa ocidental da África, pertencendo a três grandes grupos culturais: sudaneses, incluindo-se nesse grupo os Ioruba, os Daomé e os Fanti-Achanti (minas), e os grupos menores da Gâmbia, Serra Leoa, Costa da Malagueta e Costa do Marfim; os islamizados, como os Fula, os Mandinga e os Hauçás, do Norte da Nigéria; as tribos Banto, do grupo congo-angolês, provenientes de Angola e Moçambique. Entre tais grupos havia centenas de dialetos. Diversos na língua e na cultura, os negros traziam da África hostilidades recíprocas.¹⁷

Os portugueses e suas autoridades evitaram a concentração de escravos de uma mesma etnia nas propriedades e nos navios negreiros. Essa política, a multiplicidade lingüística e as hostilidades recíprocas que os negros trouxeram da África

dificultaram a formação de núcleos solidários que retivessem o patrimônio cultural africano, incluindo-se aí a preservação das línguas. Os negros, porém, ao longo de todo o período colonial, tentaram superar a diversidade de culturas que os dividia, juntando fragmentos das mesmas mediante procedimentos diversos, entre eles a formação de quilombos e a realização de batuques e calundus. Alguns domicílios matrifocais das Minas constituíram-se como núcleos solidários, dando guarida às danças e aos batuques proibidos. Um dos elementos integrantes das identidades étnicas, as línguas africanas emergiam nesses rituais.¹⁸ Contudo, na maioria das vezes, os documentos impedem a identificação da língua utilizada nas cerimônias, registrando apenas tratar-se de “língua que ninguém entendia”, deduzindo daí sua origem africana — igual imprecisão verifica-se quanto às línguas usadas nos rituais indígenas no Pará do século XVIII, tomadas pelo inquisidor como “incógnitas”. O ritual do Acotundá, praticado no arraial de Paracatu, nas Gerais de meados do século XVIII, é uma exceção à regra: nos documentos consta o uso da “língua de Courá”, pertencente ao grupo lingüístico ioruba.

As autoridades procuraram evitar a formação desses núcleos solidários, quer destruindo os quilombos, que causavam pavor aos agentes da Coroa — e, de resto, aos proprietários de escravos em geral —, quer reprimindo os batuques e os calundus promovidos pelos negros. Sob a perspectiva metropolitana, tais manifestações, criando uma identidade cultural, poderiam gerar uma consciência danosa para a ordem colonial. Por isso, capitães-do-mato, Juízo Eclesiástico e, com menos empenho, a Inquisição foram colocados em seu encaixe. Porém, alguns senhores aceitaram as práticas culturais africanas — e indígenas — como um mal necessário à manutenção dos escravos.¹⁹ Pelo imperativo de convertê-los ao catolicismo, ainda, alguns clérigos aprenderam as línguas africanas, como um jesuíta na Bahia e o padre Vieira, ambos no Seiscentos; outras pessoas, por se envolverem no tráfico negreiro ou viverem na África — como Matias Moreira, residente em Angola no final do Quinhentos —, devem igualmente ter se familiarizado com as línguas dos negros.²⁰

O francês, o holandês, o espanhol e o italiano também se fizeram presentes. Os franceses, freqüentes na costa brasilei-

ra desde os inícios do Quinhentos, sempre deixavam marinheiros nas regiões que visitavam, para que se amiassem com as índias e aprendessem sua língua. Na Guanabara e no Maranhão, havia intérpretes do tupinambá, sobre o qual André Thevet e Jean de Léry fizeram observações gramaticais, publicadas em 1575 e 1578. No Maranhão, verteram-se para essa língua a oração dominical, a saudação angélica, o símbolo dos apóstolos, os mandamentos e os sete sacramentos. O contato lingüístico, além disso, teve mão dupla: alguns indígenas, como um chefe que viveu na França por um ano, aprenderam o francês.²¹

A ocupação holandesa ocorreu num momento em que os portugueses já haviam lançado as bases de sua civilização, enredando a índios e negros. Por isso, com o objetivo de garantir a dominação, os invasores fizeram concessões aos portugueses, sem, contudo, aplicar uma política séria de conciliação. No Brasil holandês, assim, o governo pautou-se por uma prudente e relativa tolerância em relação às diferentes etnias, nacionalidades e credos. Ao mesmo tempo, permitiu a instalação de indivíduos oriundos não apenas da Holanda, mas também da Alemanha, França e Inglaterra, provavelmente de credo protestante. A relativa tolerância dos holandeses envolvia a liberdade de culto, mas enclausurava as nacionalidades, etnias e grupos confessionais em si mesmos. Os judeus estavam impedidos de casar com cristãos; ódios, desconfianças e diferenças de credo separavam portugueses de holandeses e, talvez, de alemães, ingleses e franceses. Essa situação dificultava a consumação de matrimônios mistos: a nobreza da terra se encerrou em casamentos endogâmicos e apenas algumas mulheres dos estratos subalternos uniram-se a holandeses. Desse modo, inexistiu ambiente fecundo para que a multiplicidade lingüística se enraizasse nos desvãos da intimidade cotidiana e para que se estabelecessem trocas culturais consistentes. A confluência das diversas línguas deve ter se restringido às ocasiões, mormente as públicas, em que o contato com os "outros" era inevitável ou imprescindível, exigindo algum tipo de intercâmbio no nível lingüístico. Uma dessas circunstâncias foi a evangelização: a "prudência" dos holandeses levou-os a usar o português, pois os missionários protestantes notaram que o uso do neerlandês era ineficaz na instrução religiosa dos africanos e gentios da terra. Alguns

missionários também aprenderam o idioma dos índios; outros, além disso, apelaram para o francês. O governo providenciou, por fim, a elaboração de cartilhas e compêndios de doutrina cristã para serem aplicados aos meninos índios; um catecismo trilingüe — holandês, português e tupi — foi composto, não tendo sido divulgado por objeções da Igreja holandesa.²²

Menos indelével que essas ameaças ao português foi o ocorrido no Sul do Brasil. O pampa é uma paisagem fisicamente una, inexistindo acidentes naturais que separassem portugueses e espanhóis, exceto a oeste, onde o rio Uruguai os dividia. No Extremo Sul do território gaúcho, desse modo, havia grande mobilidade e uma estreita e beligerante convivência entre hispânicos e lusos, entre as línguas espanhola e portuguesa, de cuja intensidade é vestígio a musicalidade castelhana do português falado hoje nessa região.²³

Durante a União Ibérica, entre 1580 e 1640, ao Brasil acorreram napolitanos, milaneses, neerlandeses e espanhóis, provenientes de regiões submetidas aos reis de Espanha.²⁴ Os espanhóis, estabelecendo-se de modo expressivo em São Paulo, exerceram seus ofícios, galgaram cargos públicos, tornaram-se “homens bons” e casaram-se, até mesmo com índias, como era costume na terra. Deixaram larga descendência, impedindo que a voracidade do tempo consumisse todas as suas marcas lingüísticas: seus sobrenomes, algumas vezes aporuguesados ou indistintos dos lusitanos nos documentos escritos, sobreviveram. A permanência desses nomes e a trajetória bem-sucedida de muitos espanhóis e seus descendentes são claros sinais da integração dos mesmos na sociedade. A indifferenciação da escritura dos seus sobrenomes nos registros, em relação aos seus similares portugueses, ademais, talvez indique que a integração entre ambos os povos deu-se às custas da identificação do elemento espanhol com o português: o bilingüismo se espalhava pelos lares onde se reuniam elementos dos dois povos, mas o castelhano, pode-se conjecturar, não se transmitia aos descendentes. Em tal quadro, a irrupção de conflitos de monta no espaço público deve ter sido um fenômeno raro. Houve, é claro, atritos, como demonstram as lutas travadas entre as famílias Pires e Camargo, cada qual representativa de uma nacionalidade. Ocorreu, ainda, um episódio após a Restauração portuguesa: a aclamação de



G. F. L. Debrie sculp. 1745. *VERA EFFIGIES CELEBERRIMI
P. ANTONII VIEYRA,
c. Societ. Iesus, Lusitanicorum Regum Concionatoris, et Concionato-
rum Principis, quem dedit Lusitania mundo Vlyssipo Lusitanice,
Societati Brasilia. Obiit Bahiae prope nonagenarius die 12. Julii An.
1697. Quiescit in regio Collegii Bahyensis templo, ubi sepultus frequen-
tissimo urbis concursu, oeterno orbis desiderio.*

5. Padre Antônio Vieira, a maior figura das letras na América portuguesa de fins do século XVII. (Gabriel Francisco Debrie, Padre Antônio Vieira, 1745)

Amador Bueno, descendente de espanhóis, como rei dos paulistas. Todavia, a união pelo casamento das famílias Pires e Camargo e a recusa de Amador Bueno em aceitar ser rei, bradando “Viva El-Rei D. João IV, meu Rei e Senhor”, sugerem que as diferenças eram passíveis de acomodação, e que, no cotidiano, talvez tenha se dado a adoção da “língua geral do Sul” pelos espanhóis e seus descendentes.²⁵

A língua culta, por excelência, no período colonial, foi o latim. Nas escolas jesuíticas da Europa e da Colônia, só se

falava latim e em latim se estudava a lógica, a retórica, a aritmética ou fosse o que fosse, segundo as mesmas regras, os mesmos compêndios, a mesma disciplina. Os livros, os apontamentos, as discussões, o estudo de outras línguas e do próprio vernáculo se faziam por meio do latim — nas palavras de Rômulo de Carvalho, “a escola não tinha pátria”.²⁶ O latim imperava ainda nos templos, espaço público vital no cotidiano, ambiente de sociabilidades religiosas e mundanas. A missa, o breviário, as horas canônicas e os cantos eram em latim, tendo os sacerdotes que pronunciá-lo com maestria; sua pureza e seu uso foram objeto até mesmo de tensões entre autoridades e fiéis nas Gerais, no Setecentos.²⁷ Nesta região, no segundo quartel do mesmo século, o latim ganhou uma dimensão mitológica: símbolo e atributo de poder, seria utilizado pelo “rei Negro”, líder escravo rebelde, mito mobilizador dos cativos e aterrorizador das elites. Por fim, o latim enraizava-se no universo privado dos letrados: imperava nos livros encontrados em suas bibliotecas; fornecia-lhes, ao lado do espanhol e do italiano, modelos para a produção poética, servindo-lhes, além disso, assim como estas línguas, para compor seus próprios versos.²⁸ O português, até as reformas pombalinas, valia apenas na medida em que permitia a comunicação com os fiéis, o mesmo ocorrendo, no Brasil, com o tupinambá.²⁹

A partir do final do século XVIII, o francês concorreu com o latim como língua culta, sendo seguido de longe pelo inglês.³⁰ Às vésperas da independência, em Diamantina, o viajante Auguste de Saint-Hilaire encontrou vários homens instruídos que haviam aprendido o francês sem terem mestres, conhecendo os melhores autores. Alguns praticavam-no muito entre si, com o auxílio de uma gramática mal escrita. Na época, obras publicadas em francês tornavam-se freqüentes nas bibliotecas coloniais. No Rio de Janeiro, nos anos 1790, João de Sezarão, francês de nascimento, lecionava a língua francesa, a qual, ainda, influenciava o léxico dos “inconfidentes de 1794” e era empregada pelos mesmos em discursos contra F, L e R. Na medida em que trazia consigo idéias revolucionárias, o francês era geralmente perigoso para os habitantes da Colônia. Na Bahia de então, quando estudantes manifestavam o desejo de fazer traduções do francês, viam-se prontamente desaconselhados por seus parentes, pois tal língua era considerada de libertinos, ímpios e ateus.³¹

INSTRUÇÃO E VIDA PRIVADA:
OBEDIÊNCIA, SOBREVIVÊNCIA E ESCOLA

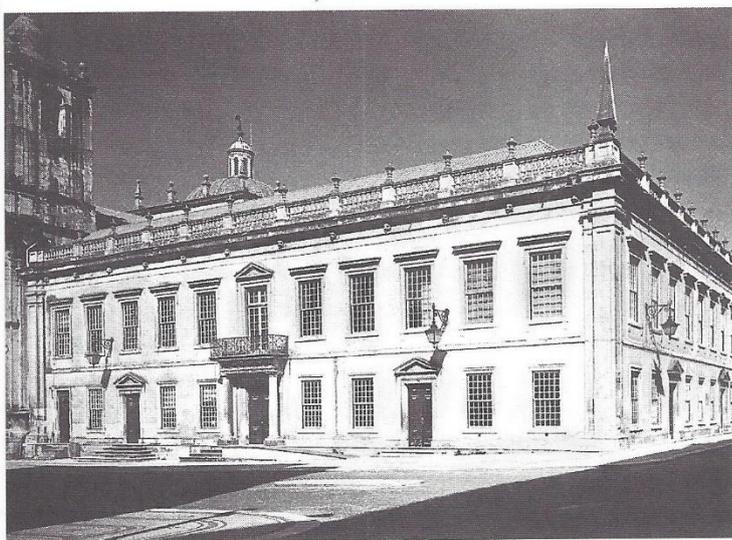
Estado e Igreja tomaram livros e saberes escolares como fontes de inquietação, de questionamento e, no limite, de ruptura dos laços coloniais. Estabeleceram, assim, desde o século XVI, uma contradição entre F, L e R e uma “civilização” que se tornasse excessiva a ponto de suscitar a soberba nos colonos. O jesuíta Manuel da Nóbrega, por exemplo, acreditava que a catequese dos brasis seria melhor sucedida que a de outros gentios, na medida em que era mais simples converter um ignorante do que um “malicioso e soberbo”, do que “um filósofo, que todo se funda em sutilezas da razão”. Isso porque as coisas mais essenciais da fé cristã “não se podem provar por razão demonstrativa, antes muitas são sobre toda razão humana”.³² O padre Antônio Vieira, em 1688, exaltou a primazia da “imensa Universidade das almas” sobre as universidades, prevenindo que a maior gula de natureza racional era o desejo de saber, que havia matado Eva e a tantos fazia perecer e adoecer entre os jesuítas. Concluindo, advertiu que a missão de Jesus Cristo, quando veio a este mundo, não foi o estudo das ciências, mas “a ciência somente da salvação”: “E a vista deste exemplo verdadeiramente formidável, quem haverá que queira ser graduado em outra ciência?”³³ Portanto, nesse raciocínio, a imensa universidade de almas e súditos a enredar sobrepunha-se à pedagogia escolar e ao ensino superior, contendo os livros o perigo de levar à soberba.

Sendo o excesso de *polícia*, de civilização, um fantasma a exorcizar, a escola recebeu pouca atenção da Coroa, tendência acentuada na Colônia. Até 1759, a Companhia de Jesus foi o principal agente da educação, possuindo várias escolas, voltadas para a formação de clérigos e leigos. Além dos colégios jesuítas, existiram as escolas vinculadas às ordens dos beneditinos, dos franciscanos e dos carmelitas, e, a partir de fins do século XVII, os seminários, criados em várias localidades do país e marcados pela influência jesuítica. Embora nos colégios houvesse curso de nível superior, el-rei procurou manter a dependência em relação à Universidade de Coimbra, considerada um aspecto nevrálgico do pacto colonial. Assim, impediu a criação de universidades na América portuguesa; recusou-se, até 1689, a conceder todos os graus e privilégios universitários aos alunos



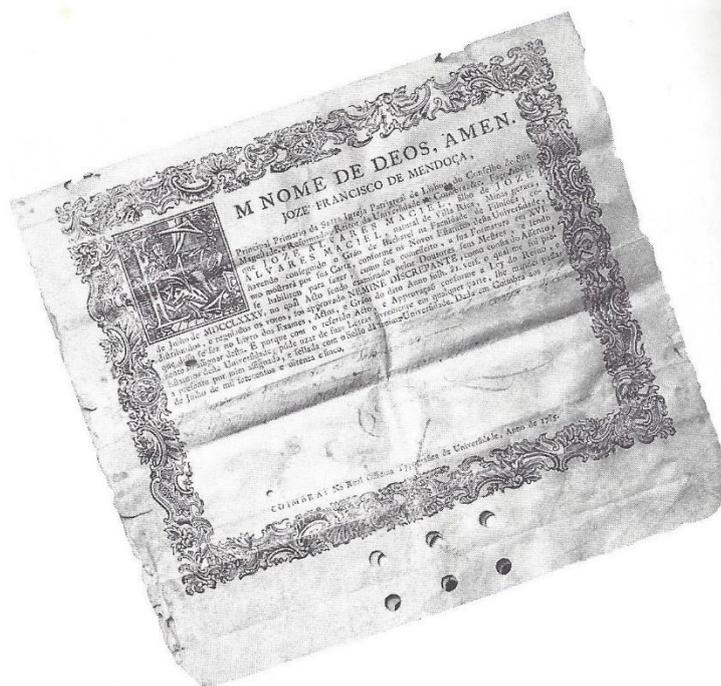
dos colégios jesuíticos; e rejeitou em 1768 um pedido da Câmara de Sabará para que se criasse uma aula de cirurgia.³⁴

Com Pombal, iniciou-se uma fase de reformas educacionais. Os inicianos foram expulsos em 1759, fechando-se seus colégios e provocando-se uma grave crise nos seminários que se encontravam sob sua influência. Com as reformas, o Estado assumiu diretamente a responsabilidade sobre a instrução escolar, cobrando um imposto, o subsídio literário, e introduzindo as *aulas régias*. O governo, além disso, movido por uma visão pragmática do conhecimento científico, tomou uma série de medidas culturais e educacionais a fim de dinamizar a



6, 7. Durante todo o período colonial, a Universidade de Coimbra foi o lugar em que se formaram os luso-brasileiros.

produção de matérias-primas na Colônia em benefício da Metrópole, entre as quais o apoio à constituição de academias científicas e literárias, e a criação de instituições educacionais e *aulas* voltadas para estudos práticos e científicos. Com o intuito de reforçar os elos com a Metrópole, a Coroa incentivou a ida de brasileiros para Coimbra. A transferência da corte para o Rio de Janeiro impulsionou essa política de desenvolvimento de pesquisas científicas e de abertura de instituições de ensino. Tais iniciativas educacionais e científicas, no entanto, sendo marcadas por seu caráter pragmático, escasso e circunstancial, não levaram a um progresso científico expressivo e não alteraram, na prática, nem a tendência de desprestigiar a educação escolar, nem muito menos a dependência, em termos do ensino superior, da Universidade de Coimbra. As reformas, na sua concretização, ademais, enfrentaram problemas, estabelecendo-se uma grande distância entre as intenções legais e a realidade. O ensino, do nível das primeiras letras ao secundário, passou a ser ministrado sob a forma de aulas avulsas, fragmentando o processo pedagógico. Faltaram professores, manuais e livros sugeridos pelos novos métodos. Os recursos orçamentários foram insuficientes para custear a educação pública, havendo atrasos nos salários dos mestres. A Coroa, em determinadas ocasiões, chegou mesmo a delegar aos pais a responsabilidade pelo pagamento dos



8. Conforme atesta este diploma, José Álvares Maciel, futuro inconfidente, bacharelou-se em filosofia pela Universidade de Coimbra em 29 de julho de 1785.

mestres. Isso mostra como a educação, tornada pública pela lei, esteve em grande parte privatizada.³⁵

Educação e escola viram-se limitadas, ainda, por outros fatores. A instrução escolar foi, muitas vezes, inacessível aos homens pardos, por culpa das próprias autoridades da Colônia, que agiam à revelia das ordens régias. Em fins do século XVII, os colégios jesuíticos recusaram-se a admitir pardos entre seus alunos, vindo a fazê-lo apenas após firme determinação do rei.³⁶ Em 1721, o governador de Minas, d. Lourenço de Almeida, recebeu ordem de d. João V para que, em cada vila, se pagassem mestres para ensinar a ler, a escrever, a contar e, ainda, o latim, à multidão de ilegítimos da capitania. Embora dissesse que cumpriria a determinação, o governador receou fracassar, porque os rapazes eram “filhos de negras”, acabando por não tomar qualquer iniciativa.³⁷ Quase quarenta anos depois, nas mesmas Minas, em Mariana, o juiz de fora e de órfãos José Antonio Pinto Donas Boto arbitrou à viúva de Manoel Pimenta, Isabel da Silva de Abreu, mulher parda, valor menor que o por ela pedido para sustentar, educar e instruir seus filhos, sugerindo-lhe, ainda, que os colocasse para

servir. O juiz alegava que os mesmos eram pardos, sendo cabível fazê-los trabalhar e, inversamente, injustificáveis os gastos com instrução propostos pela mãe.³⁸

A instrução escolar era prisioneira da orientação religiosa e calcava-se na repetição, sendo de algum modo refratária ao espírito científico nascente. O que contava, tanto do ponto de vista da organização dos estudos quanto de sua apropriação pelas elites sociais, era a imitação dos textos clássicos gregos e latinos, havendo uma grande valorização do exagero, da retórica e da eloquência. A instrução, assim, subordinava-se à civilidade das aparências, constituindo um ornamento a ser ostentado pelos indivíduos socialmente privilegiados. Bem próximo à independência, em Sabará, Saint-Hilaire encontrou um professor de latim e de filosofia racional e moral, egresso da Universidade de Coimbra, que encarnava esse ideal pedagógico: escrevera um texto em que, em meio a “*lugares-comuns*, muito bem concatenados, sobre as vantagens da filosofia”, mostrava querer “*ter a eloquência de Cícero para celebrar seus benfeitores; ele queria poder fazer conhecido do universo inteiro a acolhida que tivera na vila, e ter à sua disposição todas as trombetas do sucesso*”.³⁹

Estado e Igreja, descuidando desse ensino escolar eloquente, retórico e imitativo — e, de resto, elitista e ornamental —, adotaram uma perspectiva geral de educação claramente reprodutivista, voltada para a perpetuação de uma ordem patriarcal, estamental e colonial. Assim, priorizaram, de um lado, uma não-pedagogia, acionando no cotidiano o aparato repressivo para inculcar a obediência a F, L e R, e, de outro, cultivaram uma educação para a mera sobrevivência, atribuindo à iniciativa privada tarefas educativas cujo sentido restringia-se à reprodução da ordem social. As *Ordenações filipinas*, por exemplo, determinavam aos tutores dos órfãos várias obrigações: doutriná-los; ensinar-lhes as orações, o temor e o amor a Deus; apartá-los do mal e aproximá-los do bem. Subordinando-se a uma ordem marcada pela vigência de critérios estamentais e pela opressão da mulher, as normas diferenciavam a instrução dos órfãos conforme o seu grupo social e seu sexo. Aos homens, devia-se ensinar a ler, a escrever e contar — até certo tempo, apenas aos homens de classes abastadas e, mais tarde, a todos. Às mulheres, a coser, a lavar, a fazer rendas e todos os misteres femininos. Diferentes con-

dições sociais, diferentes aprendizagens: os filhos de pessoas de “menor qualidade” poderiam ser dados a outrem para trabalhar e aprender em troca do sustento e criação, sendo os filhos de lavradores entregues a lavradores, e os filhos de oficiais mecânicos, a outros oficiais. Às pessoas de “maior qualidade”, porém, como um neto de nobre da terra, não se podia obrigar a aprender um ofício mecânico.⁴⁰

Essa perspectiva de educação restrita à preservação da sobrevivência disseminou-se socialmente. Contudo, na sociedade colonial e, dentro dela, para os diferentes grupos sociais, tanto a educação para a sobrevivência como a instrução escolar possuíram significados variados, dependendo da própria inserção diferenciada dos grupos numa hierarquia social escravista e estamental. As perspectivas educacionais foram limitadas pela precariedade da existência da maioria dos indivíduos: a luta para subsistir, reduzindo-se quase literalmente ao sobreviver, impedia-os de alimentar maiores expectativas em relação à escola, que já lhes era inacessível pelos múltiplos obstáculos colocados pelo próprio Estado. Os limites de sua experiência no mundo, suas diminutas possibilidades de agir e apreender a realidade, confinavam-nos no desinteresse pelo saber. Numa realidade marcadamente rural e selvagem, poucos desfrutavam de uma posição social sólida que permitisse a ultrapassagem de tais limites. Para grande parcela das gentes era impossível valorizar a escola: como fazê-lo, se a luta pela sobrevivência ou a ambição, no caso dos colonizadores, levava-os a embrenhar-se pelos matos à procura de metais, “peças”, almas, animais ou a avançar a fronteira agrícola, defrontando-se com “gentios bravos” e uma fauna repleta de perigos, convivendo lado a lado com o inimigo, nas pessoas dos escravos, negros e índios? Como fazê-lo, ainda, sendo escravos, estando sujeitos a outrem? Como pensar em escola, por fim, sendo homem livre expropriado, pobre, em uma palavra, *desclassificado*, encontrando-se sempre sob a expectativa de recrutamento pelas autoridades para a execução de tarefas as mais diversas?

Em existência tão precária, contando com espaço tão diminuto de ação, ignorantes do mundo, os indivíduos não podiam alimentar expectativas em relação à escola, quanto mais que esta, prisioneira de uma visão retórica e eloqüente de saber, representava a negação da cultura e da experiência de

vida da maioria das gentes, levando à repressão cultural e à exclusão social. Valorizar a instrução estava muito além das possibilidades da escola e dos limites da existência das populações. Essa estreiteza da realidade dos colonos apareceu numa conversa mantida por Saint-Hilaire, nos inícios do século XIX, nas proximidades de São João del Rei. Uma mulher e suas filhas, espantadas ao verem insetos espetados no chapéu de Saint-Hilaire e as plantas que saíam de sua pasta, disseram que os mineiros não tinham desejo de aprender, não se preocupavam com aquelas coisas, pois não passavam de “ignorantes e brutos”. Numa realidade que ensejava apenas a luta pela estrita sobrevivência, ignorante do mundo, bruta, não havia como valorizar o saber escolar, a ciência.

Para a imensa população negra escrava, educar-se significava assimilar-se, passar de *boçal* — isto é, de um estado de trânsito limitado à própria cultura, sem ter domínio da língua portuguesa, sendo capaz apenas de comunicar-se primariamente com outrem — para *ladino* — uma situação de maior integração na sociedade colonial e na nova cultura. Entre os índios escravizados, fenômeno similar deve ter sucedido. Entretanto, os negros e índios que almejavam sobreviver *fora da ordem colonial* procuraram aprender as múltiplas formas de rebeldia. As resistências de alguns venceram o silêncio imposto nos documentos, emergindo nestes, contudo, com seu sentido original mutilado pelo filtro do colonizador. O índio Momboré-uaçu, por exemplo, tendo assistido à colonização portuguesa em Pernambuco, expôs a índios e colonos da França Equinocial como, de uma aproximação amistosa, chegou-se até a escravização e ao morticínio, aventando, à luz disso, a suspeita de que o contato com os franceses tomaria idêntico rumo.⁴¹ Alguns índios questionaram com Anchieta sobre os preceitos da fé cristã que lhes eram ensinados: um velho pôs em dúvida a virgindade de Maria, mostrando-se espantado e intrigado com o fato “de Nossa Senhora parir e ficar virgem”. E o tamoio Pindobuçu perguntou-lhe qual era a razão para os padres não terem mulheres, incomodando-o com uma interrogação: “E não as desejais, quando vedes algumas formosas?”. A isso, o bravo inaciano retrucou dizendo que se tratava de um mandamento de Deus, mostrando-lhe os jejuns, as abstinências e as autoflagelações com que domava a carne. Pindobuçu, então, replicou: “E Deus que lhes há de

fazer? Por que tendes medo d'Ele?”. Anchieta, então, contou-lhe sobre “o inferno e glória”.⁴² De qualquer forma, logrando incutir esse medo ou encontrando resistências, a educação, para a maioria dos negros e índios, passou longe da escola e pautou-se em algum nível pela violência.

No conjunto da sociedade predominou o desprestígio da educação escolar, entretanto esteve longe de inexistir qualquer apreço à escola. Se, no Reino, nos séculos XVI e XVII, assistiu-se a movimentos populares contra as escolas jesuíticas, por entender-se que os colégios desviavam os moços dos trabalhos do campo e das oficinas, prejudicando a produção e roubando os homens da guerra, não houve, na Colônia, movimento similar. Os jesuítas foram expulsos pelos povos em São Paulo, em 1640, e no Maranhão, em 1661 e 1684, mas antes por serem um obstáculo à escravização dos índios do que por questões educacionais.⁴³ A valorização da escola na Colônia, porém, variou conforme os grupos sociais, os espaços e tempos, tendo crescido no século XVIII, particularmente em Minas Gerais, favorecida pelo florescimento de uma civilização urbana. A instrução, é bem verdade, abrindo portas para a conquista de cargos, sempre foi um apanágio dos privilegiados ou dos que podiam e almejavam ascender. Elemento de reforço do status ou de sua melhoria, a instrução possuía, ainda, uma natureza pública: era ostentada, inscrevendo-se na civilidade das aparências. Assim, nos colégios jesuíticos, prestigiavam-se as cerimônias de outorga dos graus acadêmicos, nas quais se usavam as insígnias correspondentes; os alunos, em fins do século XVII, exibiam-nas em outras ocasiões, igualmente públicas, mas não oficiais.

Embora seja difícil avaliar o apreço pela instrução escolar na Colônia, é possível alinhar algumas impressões sobre a região sudeste, a partir de meados do século XVIII. A regra geral foi, por parte das elites, dos proprietários de terras e lavras e dos grandes comerciantes, o maior devotamento à instrução. Mesmo dentro de tão estreito espectro social, o apreço distribuiu-se de modo irregular. Muitos dos comerciantes europeus estabelecidos no Brasil eram rústicos, não sabiam sequer ler e escrever; tendo começado do nada, ao se tornarem ricos, conservavam-se no mesmo estado. No início do século XIX, os cafeicultores do vale do Paraíba fluminense possuíam perfil similar: nada gastavam com a educação dos filhos. Em Minas



9. *Seminário Menor de Mariana, onde se formou e ensinou boa parte do clero mineiro, inclusive o inconfidente cônego Luís Vieira da Silva.*

Gerai, nas comarcas de Sabará, Vila Rica e Serro Frio, no período de maior opulência, os proprietários fizeram, muitas vezes, sacrifícios para educar os filhos, ao contrário do que sucedeu na comarca do Rio das Mortes: enviavam-nos à Universidade de Coimbra, a fim de capacitá-los a ocupar altos cargos e, quando não tinham posses suficientes, matriculavam-nos no Seminário de Mariana.⁴⁴ Além do desejo de garantir um futuro melhor para os filhos, esses pais moviam-se por preconceitos: temiam que eles não herdassem “os estímulos da honra”, mas os costumes dos negros, mulatos e gentios.⁴⁵

Concentrando-se irregularmente entre as elites, o interesse pela educação escolar, ou, ao menos, pela instrução, contudo, não se confinou nesses horizontes. O episódio protagonizado por Isabel da Silva de Abreu, que se mencionou acima, ocorrido em Mariana, nos idos de 1760, parece sugeri-lo. Viúva, mãe, mulher parda, desejava garantir a instrução de seus filhos, tendo para isso chegado a confrontar-se com o juiz de órfãos. O filho mais velho aprendia o ofício de boticário, com alguém que lhe ensinava em troca de pagamento; e a um outro, Isabel havia colocado para aprender a ler e a escrever, esperando vê-lo instruir-se ainda em algum ofício. Portanto, essa mulher parda valorizava a instrução dos filhos, lutando para manter e, quiçá, superar a posição social em que estavam. Na sua perspectiva educacional, por fim, nota-se um viés marcadamente estamental: segundo suas palavras, não

havia como prover aos filhos a partir do trabalho dos mesmos, pois, em Minas Gerais, o único ministério que lhes caberia era o de feitor, mas eles não tinham idade para tanto, nem poderiam “trabalhar com uma alavanca, nem com uma enxada”.⁴⁶ Portanto, se o juiz diminuiu os rendimentos de Isabel por entender que seus filhos, sendo pardos, deviam trabalhar e não mereciam uma instrução esmerada, a viúva, por seu lado, possuía para seus filhos uma expectativa em que se excluía o trabalho manual. A instrução, enfim, encontrava-se para a parda Isabel e para o juiz perpassada por juízos estamentais.

Indícios da elitização da instrução escolar e, ao mesmo tempo, do interesse que a mesma despertava na sociedade encontram-se nas assinaturas deixadas nos inventários coloniais. Examinando 163 inventários feitos em Mariana até 1822, num universo de 2582, identifiquei 103 inventariantes (63,2%) que conseguiram assinar o próprio nome. Considerando-se que os inventariantes, em sua maioria, pertencem às camadas proprietárias, conclui-se que entre estas era difundida a capacidade de assinar. Ela, contudo, não se distribuía do mesmo modo pelos sexos. Embora as mulheres correspondessem a quase a metade dos inventariantes (eram 75, enquanto os homens totalizavam 85, tendo a justiça se responsabilizado por dois inventários), não chegavam a um terço dos aptos a assinar (apenas 33 mulheres o fizeram). Os brancos, totalizando 149, preponderavam entre os inventariantes, enquanto os indivíduos de cor, negros e mulatos, sendo apenas cinco, eram uma minoria; e 97 brancos, dois negros e um mulato foram capazes de assinar o próprio nome. Se esses poucos negros e mulatos driblaram os obstáculos de acesso à instrução, é bom lembrar que a maioria deles não conseguiu transpô-los, ficando no analfabetismo.⁴⁷ Tais índices de autógrafos, encontrados entre os inventariantes de Mariana na época colonial, não se distanciam muito dos verificados entre homens e mulheres no Reino: respectivamente, 76% e 16,4% dos mercadores, proprietários e outros abastados que fizeram subscrições na cidade do Porto, entre 1580 e 1640; e 72,8% e 16,5% dos depoentes da Inquisição de Lisboa, no Seiscentos. No entanto, os índices de assinaturas obtidos em fontes mais representativas do conjunto da população reinol, em Aguiar de Souza, no Por-

to, entre 1750 e 1820, mostram que o analfabetismo imperava, girando em torno de 60% — e isso sugere que, na Colônia, essa cifra deveria ser muito superior e a alfabetização, um apanágio de poucos.⁴⁸

O ensino oferecido nos colégios das ordens religiosas — ensino semipúblico, visto que indiretamente subordinado ao Estado — e nas aulas régias — educação propriamente pública, diretamente jurisdicionada à Coroa — teve um alcance social limitado em extremo. As reformas desenvolvidas a partir de Pombal agravaram a situação da educação escolar ainda mais: na medida em que havia poucas aulas régias e em que as disciplinas, via de regra, não eram oferecidas em todas as vilas e cidades, os interessados em instruir-se tinham que se deslocar por vários locais. Em 1818, quando as reformas já estavam sedimentadas, apenas 2,5% da população masculina livre, em idade escolar, era atingida pelas aulas régias em São Paulo, situação que devia ser similar à do Brasil em geral.⁴⁹ Por isso, no período colonial, os pais desejosos de garantir a instrução dos filhos tiveram eles próprios que o fazer, ou que se socorrer nos préstimos de parentes e capelães, ou ainda, que contratar mestres para lhes ensinar, em especial as primeiras letras. A instrução na Colônia processava-se, assim, em grande parte, no âmbito do privado, preenchendo o vazio da escola pública e semipública inexistente ou escassa; quando se ultrapassavam os domínios da informalidade, estabelecendo-se vínculos formais entre professor e aprendizes, criava-se um ambiente se não tipicamente escolar, ao menos muito próximo de sê-lo.

Segundo Gilberto Freyre, os filhos dos senhores de engenho nordestinos, até meados do século XIX, costumavam fazer seus estudos na casa-grande, onde quase sempre havia uma sala de aula, com capelães ou mestres particulares. Aos sinhozinhos, em alguns casos, juntavam-se os filhos de escravos e outros moleques, todos aprendendo juntos a ler, a escrever, a contar e a rezar.⁵⁰ Nas Minas Gerais, no século XVIII, foram inúmeras as pessoas que galgaram níveis superiores de instrução após aprenderem as primeiras letras nas “escolas familiares”: Cláudio Manuel da Costa, por exemplo, alfabetizou-se com um tio da Ordem da Santíssima Trindade; o poeta e frei José de Santa Rita Durão, o também poeta José Basílio da Gama e o escultor Antônio Francisco Lisboa,



10. O uso da escrita para fins amorosos: o velhote leva um bilhete à jovem mestiça. (Carlos Julião, sem título, segunda metade do século XVIII)

o Aleijadinho, entre outros, passaram igualmente pela experiência de aprender a ler e a escrever no espaço doméstico.⁵¹ Nas vilas e arraiais da Colônia, além disso, sempre existiram mestres-escolas.⁵²

Além das primeiras letras, no privado também se ensinavam ofícios. Branca Dias, em Olinda, no crepúsculo do Quinhentos, possuía em sua casa uma escola de corte e costura destinada às filhas dos colonos.⁵³ No sertão do São Francisco mineiro, d. Maria da Cruz, mulher que pôs os povos a se rebelarem contra as autoridades nos anos 1736-7, mantinha



11. *Sant'Ana foi modelo inspirador das mães-mestras, particularmente comuns numa colônia em que escasseavam os professores de primeiras letras. (Sant'Ana Mestra, início do século XVIII, Recife)*

escolas de leitura e de música. Josefa de Godói Castro, em sua casa em Mariana, décadas mais tarde, ensinava moças a ler e a costurar.⁵⁴ No Rio de Janeiro, Manoel Pereira Landim, ao final do século XVIII, ensinava o ofício de marceneiro.⁵⁵ Muitos letrados da Colônia formaram-se nesse sistema de mestre e aprendiz, tais como os “mestres de risco”, que praticavam a arquitetura e a engenharia, os boticários e os cirurgiões, os quais, depois de aprenderem na prática, prestavam um exame para serem autorizados a exercer a profissão. Membros das academias literárias setecentistas passaram por esse tipo de formação, sendo poucos entre eles os que estudaram nas universidades. Outros letrados, todavia, não enfrentaram nem as escolas nem os mestres-escolas: foram autodidatas, retirando

dos livros que encontravam nas bibliotecas os elementos para sua formação intelectual.⁵⁶

AS BIBLIOTECAS PRIVADAS NA COLÔNIA:
DAS OBRAS DEVOCIONAIS À ILUSTRAÇÃO

O Quinhentos foi pobre em livros, bastante escassos na América portuguesa. Os primeiros chegaram provavelmente com os jesuítas vindos com Tomé de Sousa. Os jesuítas copiavam a mão os livros existentes, para que seus alunos e discípulos pudessem estudar, e fizeram pedidos de remessa de obras para a Colônia. Manuel da Nóbrega solicitou livros para solucionar dúvidas, enquanto o irmão Pero Correia mostrou interesse por aqueles que o instruissem no latim e o auxiliassem em sua ação missionária: manuais de confissão, catecismos, uma suma da doutrina cristã e *Flos sanctorum*, obra sobre vidas de santos das mais procuradas até o século XVIII.⁵⁷

Segundo Jorge de Souza Araújo, no século XVI predominavam os livros religiosos — obras de doutrina, de devoção mística e ascética — e, ainda, os clássicos, expurgados de trechos considerados inconvenientes.⁵⁸ Nem tudo, porém, cheirava a ortodoxia. No meio rural, circulavam livros de sorte. No Nordeste, a *Diana*, de Jorge Montemor, obra proibida, então de grande sucesso, era possuída e lida por várias pessoas: em Pernambuco, Bartolomeu Fragoso, licenciado em artes, e, na Bahia, Paula Siqueira e um cristão-novo, que também recorria às *Metamorfoses*, de Ovídio, e à *Eufrasina*, obras igualmente defesas.⁵⁹ Diogo de Couto, vigário da vara em Pernambuco, lia livros interditados por Roma ou pelo Santo Ofício, como a *Ropica Pnefma*, de João de Barros, estimulando outras pessoas a fazê-lo.⁶⁰ Em Ilhéus, nos idos de 1574, o italiano Rafael Olivi — talvez o mais afortunado indivíduo em termos de livros de então — tinha uma *livraria* com 27 volumes, atualizadíssima, que fugia aos padrões, mesmo àqueles que iriam vigor nos séculos posteriores, não se compondo apenas de obras devocionais. Embora estas fossem majoritárias, havia um tratado sobre a arte de cavalgar e títulos e autores de ciências e filosofia: *La nuova ciencia*, de Niccolò Tartaglia; Aristóteles; *Libelus de tactus*; e *Discorsi*, de Niccolò Machiavelli.⁶¹ Na França Antártida, os portugueses encontra-

ram, depois de esmagá-la, um missal com imagens roídas e uma multidão de livros calvinistas.⁶²

No século xvii, o panorama não se alterou muito, nem mesmo no Brasil holandês ou na França Equinocial, para onde os franceses embarcaram dois baús com livros, provavelmente jogados ao mar em meio a uma tormenta.⁶³ As bibliotecas continuaram a ser raras e a ter uma composição baseada em obras devocionais: catecismos, resumos de história santa, diretivas, exercícios espirituais e manuais para melhor aproveitar os sacramentos e a liturgia, livros de novenas e de orações. A Bíblia era praticamente ignorada. Entre os títulos mais freqüentes, estavam *O pecador convertido*, do frei Manuel de Deus; as *Horas marianas*, do padre Francisco de Jesus Maria Sarmento; e as *Obras espirituais*, de Luís de Granada, obras das mais editadas e difundidas no período colonial.⁶⁴ Alcântara Machado, debruçando-se sobre cerca de 450 inventários paulistas feitos entre 1578 e 1700, encontrou livros em quinze, contabilizando, ao todo, 55 títulos — pouco mais do dobro do acervo de Rafael Olivi. Em sua maior parte, eram obras devocionais, destacando-se entre elas: *Horas de rezar em linguagem*, alguns confessionários, um *Livro de são José*, alguns sermões, vidas de santos, *Flora cristiano* e *Imagem da vida cristã*, de Heitor Pinto. De literatura profana, havia títulos como *Crônica do grão-capitão*, de Gonçalo de Córdova, e *Novelas*, de Miguel de Cervantes. Em termos de obras jurídicas, apenas uma *Ordenações do Reino* (inexistente na Câmara de São Paulo até 1587, por falta de dinheiro); entre os didáticos, relacionavam-se *Prosódia*, de Bento Teixeira (proibida por Pombal), *Tratado prático de aritmética*, e outras.⁶⁵

A partir do século xviii, assistiu-se a uma mudança na composição das bibliotecas. Se, no geral, a tendência foi a continuidade do predomínio de obras devocionais e, de resto, religiosas, em algumas livrarias, em particular nas pertencentes a pessoas que tiveram acesso a uma educação mais esmerada, abriu-se espaço para as ciências e os saberes profanos, deixando-se contaminar pela ilustração.

Em Minas Gerais, no período, poucas pessoas possuíam livros, representando parcela insignificante da população e, até mesmo, dos homens livres. A propriedade de livros, porém, ao que parece, disseminou-se mais que nas outras capitanias nos séculos anteriores, tendo sido favorecida pela constituição de

uma civilização urbana, com um expressivo setor de serviços. Manifestações literárias como as ocorridas na primeira metade do século XVIII, nas festas do Triunfo Eucarístico e do Áureo Tro-no Episcopal, são indícios da existência de bons oradores sacros, prosadores e poetas em Vila Rica — e os escritos desses homens supõem o acesso aos livros, feito por meio da aquisição ou do empréstimo. Os livros, de fato, circulavam em Minas desde os princípios do Setecentos: Manuel Nunes Viana, entre o final da década de 1720 e a década seguinte, financiou edições e possuía boas obras. Martinho de Mendonça, governador interino de 1736 a 1737, recebia gazetas inglesas e fez pedidos de livros.⁶⁶

O exame dos inventários e dos autos da devassa da Inconfidência acusa uma presença significativa de livros em Diamantina, Mariana, Vila Rica e São João del Rei — os principais centros urbanos de Minas no século XVIII. A distribuição da posse de livros diferenciava-se conforme a categoria profissional e a posição dos inventariados e inconfidentes, concentrando-se nos proprietários, funcionários públicos e letrados. O tamanho das bibliotecas mineiras era diverso, não sendo determinado pela riqueza, mas pelo grau de refinamento intelectual e de escolaridade dos proprietários. Padres, advogados e cirurgiões possuíam, via de regra, as maiores bibliotecas. Havia, ainda, uma relação estreita entre, de um lado, a composição das livrarias e, de outro, a condição social e os ofícios dos seus proprietários. Aqueles que se dedicavam a ofícios, na maioria das vezes, possuíam livros relacionados às suas carreiras.⁶⁷ Entre os padres, por exemplo, a maioria possuía obras de devoção e liturgia, teologia e cânones; a grande exceção é o cônego inconfidente de Mariana, Luís Vieira da Silva, cuja biblioteca era composta por 52,7% de livros profanos contra 35% de títulos de ciências sacras.⁶⁸

O *Prontuário de teologia moral*, de Francisco Larraga, era a obra mais freqüente nas bibliotecas eclesiásticas mineiras, o que as assemelhava às suas congêneres do Porto, onde esse livro ocupava a mesma posição, apesar de ter sido vítima da censura portuguesa no último quartel do século XVIII.⁶⁹ Em algumas bibliotecas clericais persistiam as formas mais arcaicas de compreender o mundo, nem sempre muito ortodoxas; em outras, ecoavam as inovações mentais. As livrarias dos clérigos inconfidentes distinguiam-se das pertencentes aos outros padres por se abrirem em maior grau às ciências pro-



12. D. frei Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana e protagonista central do *Áureo Trono Episcopal*. (1764)

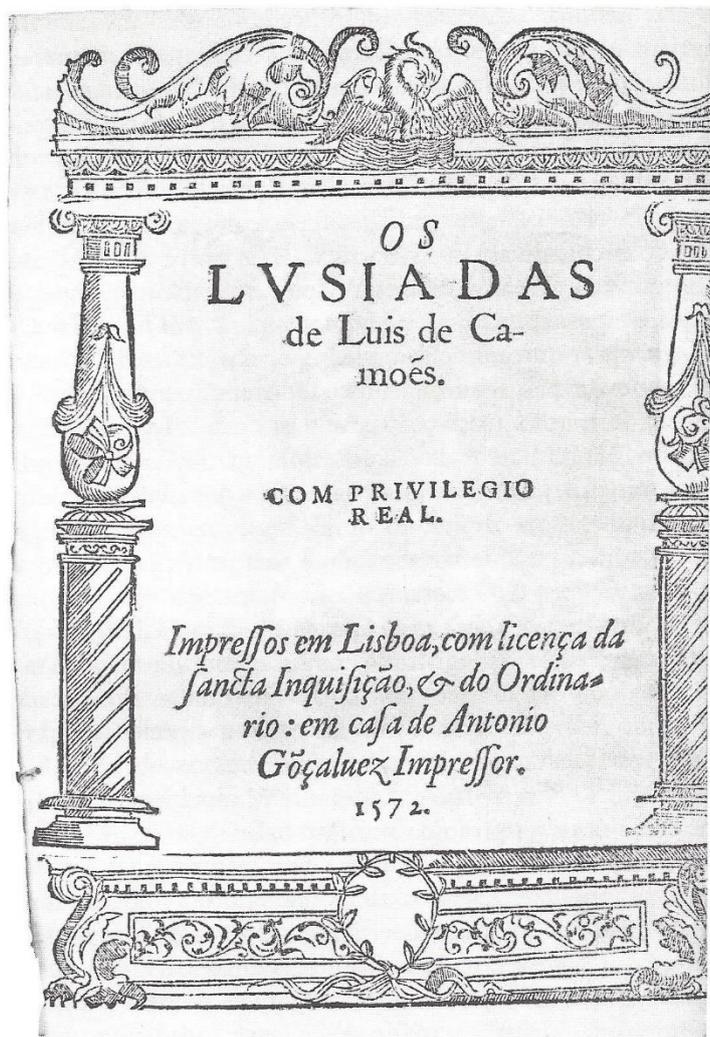
fanas, mostrando que seus interesses ultrapassavam os limites imediatos do trabalho pastoral, valorizando os problemas mundanos. Os clérigos não conjurados, pelo contrário, eram prisioneiros de suas atribuições mais imediatas, fosse no trabalho pastoral, litúrgico, fosse nas atividades administrativas, que exigiam conhecimentos canônicos-jurídicos. A meio caminho entre uma categoria e outra estava a grande livreria de d. frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, composta por 412 títulos e 1066 volumes. Por um lado, possuía obras das mais ortodoxas do ponto de vista da igreja: santo Tomás, Vieira, são Basílio, são Jerônimo, o *Flos sanctorum*, o papa Benedito XIV, livros recomendados de teologia e cânones etc. Por outro, abria-se às ciências e à ilustração, contemplando autores como Atanásio Kircheri, Ignacio Gravesande, Antonio Genovesi, William Robertson e Teodoro de Almeida; e em títulos como *História natural do Brasil*, *Eléments de mathématique*, *Eléments de géométrie* e *Aritmética*. Acolhia, ainda, o *Cursus theologicus et moralis*, da Universidade de Salamanca, no qual haveria um trecho que referendava as relações sexuais e o estupro de mulheres; o proibido Bento Pereira; os malvistas atricionistas, e, talvez, *Anecdotes ecclésiastiques, contenant la police et discipline de l'Eglise chrétienne*, livro censurado em Portugal.⁷⁰

Os padres inconfidentes eram mais sensíveis às inovações que ocorriam nas idéias políticas, filosóficas e científicas. O padre Toledo possuía a *Lógica*, de Luís Antônio Verney, enquanto o padre Costa tinha uma obra do poeta satírico inglês Alexandre Pope e cinco livros de ciências, reunindo títulos de medicina, biologia, matemática e botânica. O cônego Vieira da Silva contava com uma livreria recheada com autores dos mais importantes na cultura ocidental: clássicos, como Anacreonte, Catulo, Cícero, Demóstenes, Horácio, Júlio César, Ovídio, Petrônio, Quintiliano, Sêneca, Suetônio e Virgílio, pensadores que contribuíram com a ciência moderna (Descartes, Gravesande e Musschenbroek), escritores modernos (Camões, Corneille, Francisco Sá de Miranda, Metastásio, Milton e Racine) e “filósofos” ilustrados (Bento Feijó, Condillac, Diderot, Hume, Genovesi, Mably, Marmontel, Montesquieu, Verney, Voltaire e Robertson). Porém, tinha também obras de pensadores afinados com a ortodoxia clerical: santo Tomás, são Bernardo, Carlos Joaquim Colbert (do *Catecismo de Montpellier*) e Petrus Collet.

As maiores bibliotecas identificadas nos inventários de Mariana pertenciam a três advogados. Nelas, apesar de predominarem obras de direito, estavam presentes livros de ciências sacras. O dr. José Pereira Ribeiro tinha 201 títulos, a maioria deles de jurisprudência. A estes se juntavam obras-primas da literatura universal, gramáticas, dicionários, livros de história, geografia, ciências naturais, filosofia e teologia. Entre os ilustrados, encontravam-se: Condillac, D'Alembert, Genovesi, Montesquieu, Voltaire, Wolff e William Robertson.⁷¹ Suspeita-se que ele possuía a *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, do abade Raynal, tendo-a emprestado aos inconfidentes. O peso da formação jurídica é visível em outras livrarias de advogados. Na biblioteca de Cláudio Manuel da Costa, inconfidente mineiro, por exemplo, mais de 30% dos livros referiam-se a cânones e ao direito, aos quais se seguiam, primeiro, as obras de literatura — expressando a veia poética do conjurado — e, depois, os dicionários e livros de história, filosofia, política, teologia e escritura santa. Já na livraria de Inácio de Alvarenga Peixoto, magistrado, poeta e conjurado residente em São João del Rei, contam-se apenas quatro títulos, não refletindo nem sua carreira jurídica nem suas pretensões poéticas, embora destas últimas recebesse ecos: as obras de Metastásio, Crébillon, Voltaire e do padre Manoel (gramático jesuíta cuja obra foi proibida por Pombal).⁷²

Os inventariados que se dedicavam às atividades associadas à propriedade da terra tinham bibliotecas que se limitavam às obras devocionais e litúrgicas — sermões, missais, livros de santos e orações. Em algumas dessas livrarias, acrescentavam-se, em menor número, manuais didáticos e obras de literatura, história e medicina.⁷³ Nem todos os proprietários de terra, porém, tinham bibliotecas com esse perfil, como, por exemplo, na região de São João del Rei, os inconfidentes José Aires Gomes e José Resende Costa: o primeiro reunia uma obra didática e três de medicina, e o segundo, vários livros de literatura (os franceses Boileau, Fénelon, Molière, Racine, Voltaire e Marmontel, e os antigos Cícero, Quintiliano e Horácio) e um de filosofia (Genovesi).⁷⁴

Nas demais capitâneas, do século XVIII até 1822, a situação dos livros não diferiu muito da encontrada em Minas. Nas bibliotecas e na circulação legal de livros, viam-se também os



13. Luís de Camões, autor muito presente nas bibliotecas coloniais, integrava, por exemplo, a do cônego da Sé de Mariana, Luís Vieira da Silva. (Primeira edição de Os Lusíadas, 1572)

progressos do francês e uma estreita ligação com as carreiras de seus proprietários, assim como a diversificação dos interesses destes últimos, estendendo-se das obras devocionais e de ciências sacras para as ciências profanas, principalmente as naturais. Em 1805, Tomás Gonçalves, capitão do navio *Mercúrio*, atracou em Lisboa, procedendo da Bahia, com vinte tomos de livros de seu uso, “necessários para a sua navegação” e “também outros de história e divertimentos”, com os quais entreteve “o tempo nas suas navegações”. Em 1796, Manoel de

Siqueira, padre secular, professor régio de filosofia racional, levou para Cuiabá uma biblioteca de 98 títulos, similar à do cônego inconfidente Vieira da Silva, das Gerais: nela, as ciências profanas imperavam, totalizando 77 livros (contra dezesseis de ciências sacras). Consoante o exercício da docência de filosofia (que abrangia as ciências), o padre tinha quinze obras de filosofia e vinte de ciências naturais (botânica, química, medicina e física), incluindo livros de ilustrados (Verney, Genovesi, Condillac e Teodoro de Almeida) e de renomados cientistas (Musschenbroek, Lavoisier, Chaptal e Tissot).⁷⁵

Na Bahia, o padre Francisco Agostinho Gomes, ilustrado da passagem do século XVIII para o XIX, reunia a melhor e maior livraria particular do Brasil de então, composta de milhares de livros, entre eles as obras de Lavoisier, de Buffon, de Thomas Paine, de William Robertson; a *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert, e a *Wealth of nations*, de Adam Smith; e títulos variados em língua inglesa e francesa sobre história natural, economia, política, viagens, filosofia. Cipriano Barata, cirurgião e conjurado baiano, possuía trinta obras, na maioria francesas ou traduzidas para o francês, versando sobre medicina, física, química, matemática e filosofia, nenhuma sendo, porém, subversiva. Hermógenes de Aguiar Pantoja, também conspirador, tinha livros de autores franceses em voga (entre eles, Fénelon) e de Antonio Genovesi; títulos de matemática e gramática; um dicionário.⁷⁶

No Rio de Janeiro, João Mendes da Silva, pai do poeta Antônio José, possuía 250 volumes, 150 de direito e o resto, de história e curiosidades. Os inconfidentes cariocas também tinham muitos livros, como Jacinto José da Silva e Mariano José Pereira da Fonseca. Na biblioteca deste último, os livros franceses, de vários assuntos, eram a maioria dos 96 volumes, destacando-se a *Histoire philosophique*, do abade Raynal, o *Émile*, de Rousseau, e os *Direitos do cidadão*, de Mably. Havia, ainda, livros de direito, clássicos da literatura francesa (Cornille, Racine, Molière, Boileau, La Rochefoucauld, Fénelon etc.), filósofos ilustrados, fisiocratas e dicionários. Já o estudante Francisco de Veras Nascentes, em 1808, reunia catorze livros, em sua maioria didáticos, enquanto Domingos Fernandes da Cruz, o torneiro que homiziou o Tiradentes, tinha uma *Cartilha* e sete livros devocionais.⁷⁷

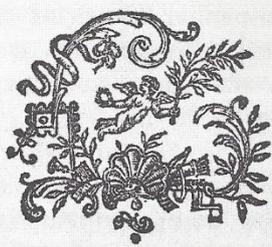
Quadro similar verificou-se nas remessas de livros que livreiros e clérigos fizeram do Reino para a Colônia, entre

1796 e 1799, registradas pelo aparato censório quase sempre sem menção aos destinatários. Os títulos remetidos para Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Goiás, São Paulo, Santos e, provavelmente, Rio Grande do Sul eram, em parte expressiva, de ciências sacras (escritura santa, devoção, teologia e cânones), entre eles os vários livros da Bíblia, o *Flos sanctorum* e o *Prontuário de teologia moral*, de Larraga. Enviavam-se também obras didáticas ou indicadas nas reformas do ensino, como os livros de Genovesi, Heinécio, Verney, Burlamaque, Teodoro de Almeida, Quintiliano, cartilhas, a *Artes da língua do Brasil*, o *Catecismo de Montpellier* e a *Minerva*, de Sanches. Expediam-se, igualmente, livros de pedagogia, direito, história, geografia, artes militares, farmácia e clássicos (de Virgílio, Ovídio, Cícero, Plauto, Suetônio, Luciano, Horácio e Terêncio); dicionários de francês; *As aventuras de Telêmaco*, de Fénelon; o *Aviso ao povo*, de Tissot; e uma obra intitulada *Revolução de França*.⁷⁸ Como as mudanças aqui assinaladas circunscrevem-se à circulação legal de livros, responsável apenas por parte do comércio livreiro, pode-se imaginar que, no contrabando, as transformações foram ainda mais acentuadas. Na Colônia, com efeito, jornais e livros proibidos, como a gazeta francesa *Mercúrio* e a incendiária obra do abade Raynal, eram facilmente contrabandeados.⁷⁹ E, com eles, vinham idéias que questionavam a Fé, a Lei e o Rei, estimulando, se não sedições, ao menos tertúlias literário-políticas que tinham por alvo a ordem colonial.

PRÁTICAS, AMBIENTES E SOCIABILIDADES DE LEITURA: DE “F”, “L” E “R” À SEDIÇÃO

Se para alguns leitores os livros trouxeram inquietação, para os escritores serviram para conquistar benesses públicas, resguardar interesses econômicos, reforçar o prestígio no interior da sociedade e auxiliar na conquista amorosa. Os genealogistas, por exemplo, dedicavam-se a achar e a fabricar linhagens, mapeando o lugar ocupado pelos indivíduos e famílias dos estratos superiores, criando com isso um saber útil para selar alianças consangüíneas, rupturas matrimoniais e brigas de sucessão em torno de heranças. Tais obras prestavam-se, além disso, para confirmar ou questionar privilégios de fundo estamental, que excluía os “impuros de sangue”,

MARILIA
DE
DIRCEO.
Maria Borolicea Joaquina de Azevedo
P O R T. A. G.



L I S B O A :
NA TYPOGRAFIA NUNESIANA
ANNO M. DCC. XCII.

*Com Licença da Real Mesa da Comissão
Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros.*

14. Tomás Antônio Gonzaga, Marília de Dirceo, 1792.

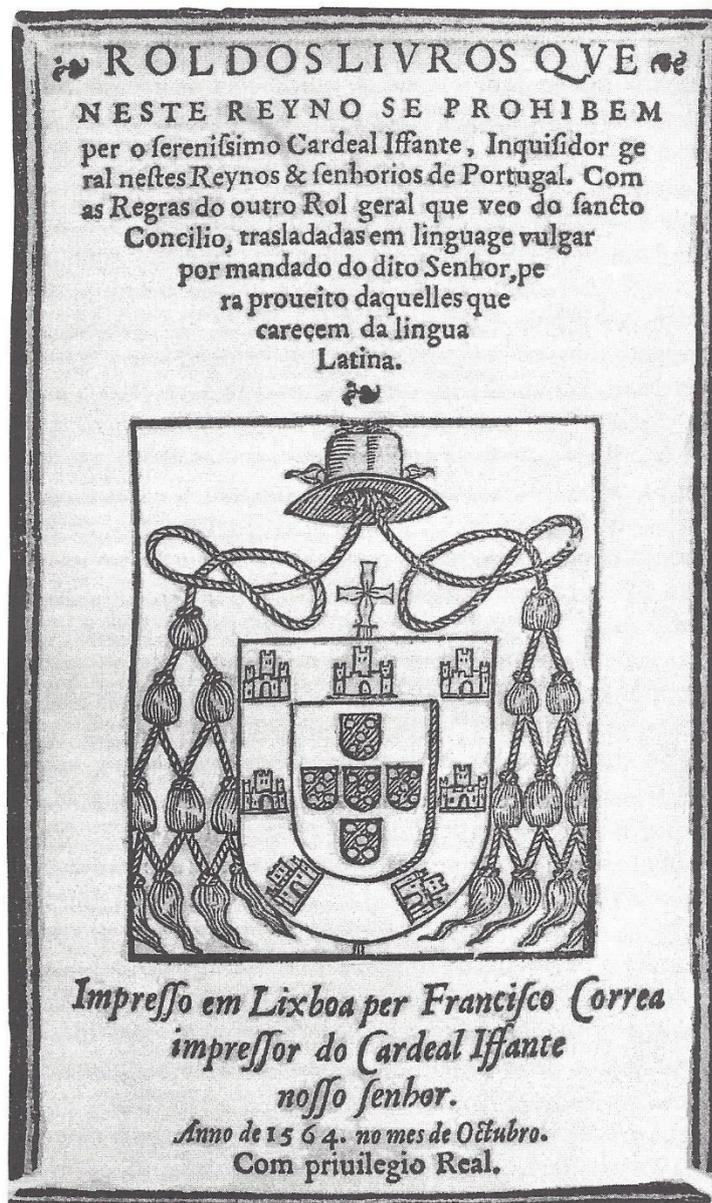
isto é, aqueles que possuíam ascendência judaica, negra, moura, mulata, cristã-nova (até Pombal) ou, ainda, ancestrais punidos pelo Santo Ofício ou que exerceram ofícios mecânicos.⁸⁰ Outros escritores, como José Joaquim da Rocha, nas Minas de finais do Setecentos, convertiam os livros em veículo de bajulação das autoridades, visando o provimento em cargos públicos e o granjeio de prestígio.⁸¹ Para os poetas, os livros talvez fossem um artifício no galanteio de mulheres, como sugerem versos de Tomás Antônio Gonzaga: Dirceu alerta Marília da efemeridade de sua beleza, apresentando-se como o agente capaz de imortalizá-la, por meio da poesia, como Tasso e Petrarca haviam feito com suas musas.⁸²

As autoridades, enquanto leitoras, pensavam na utilidade do livro atrelando-a ao público. Nos templos, uniam-se aos governados, para acompanhar os ofícios sagrados usando missais e ouvir a leitura de breviários e catecismos. Noutras circunstâncias, tinham em vista a concretização de anseios privados, sem, contudo, perder a referência ao público. Isso ocorreu com a Bíblia, cuja leitura em vernáculo foi proibida pela Igreja, em 1564, para manter o acesso às palavras sagradas restrito aos clérigos e, ao mesmo tempo, cercear a emergência de interpretações heterodoxas.⁸³ O mesmo aconteceu com os relatos sobre as populações e as riquezas dos territórios, tornados sigilosos pelas autoridades laicas por serem estratégicos para o exercício das funções de governo.⁸⁴ Alguns livros, ainda, esclareciam os dirigentes sobre a arte de bem governar, municiam-nos contra os adversários, informando-os sobre as idéias que precisavam combater. O conde de Assumar, d. Pedro de Almeida, governador de Minas na segunda década do Setecentos, recorreu aos livros para defender-se em um processo.⁸⁵ Anos mais tarde, outro governador das Gerais, Gomes Freire de Andrade, ao passar o poder a seu irmão, deixou-lhe uma instrução em que discorria sobre sua experiência de governo e recomendava a leitura de obras da biblioteca do palácio dos governadores, em Vila Rica, aconselhando igualmente a consulta noturna de “livros históricos ou militares”.⁸⁶

A reputação dos livros, na perspectiva dos consumidores em geral, reforçava-se pela desigualdade da distribuição de sua posse, pela sua inacessibilidade aos humildes e, em certos casos, apoiava-se no caráter estratégico que assumiam para as autori-

dades; assentava-se, quanto aos livros proibidos, no privilégio que alguns tinham de possuí-los e lê-los, alcançado por concessão régia, obtida com o envio de solicitações de licença. Nesses pedidos encaminhados pelos súditos e nas licenças concedidas por el-rei, entre 1768 e 1822, posse e leitura são apreendidas, ao mesmo tempo, como uma benesse e um privilégio: de um lado, uma mercê da Coroa, e, de outro, um direito inerente à condição social ou categoria profissional dos requerentes. Estes justificavam seus pedidos de várias formas. Juristas e padres, como o vigário Antonio Caetano de Almeida, de São João del Rei, apresentavam-nos como exigência profissional: seus ofícios requereriam o contato com certas obras defesas. Homens públicos, como d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, morgado de Mateus, ex-governador da capitania de São Paulo, ou ainda como Caetano da Costa Matoso, ex-ouvidor de Vila Rica, tomavam-nos como recompensa pelos serviços prestados à Coroa ou pelos estudos que realizaram. Clérigos e nobres, como o citado morgado de Mateus, destacavam que se tratava de uma questão de equidade com seus pares. Professores, padres e advogados — como Daniel Grijó, de Pernambuco — afirmavam, por fim, que a leitura das obras facilitaria o combate às idéias que continham.⁸⁷

Sendo privilégio, as licenças modulavam-se de acordo com o status e os ofícios dos beneficiados, menos o primeiro do que os últimos: na concessão da licença, a Coroa levava em conta mais a categoria profissional dos requerentes do que sua inserção nos estamentos. Assim, teólogos foram autorizados a ler e possuir obras proibidas de teologia, mas não os advogados, aos quais eram permitidas exclusivamente a posse e a leitura de livros jurídicos defesos. A muitos beneficiados, vedava-se o contato com escritos “libertinos” dos “filósofos ilustrados”, e determinava-se a todos o armazenamento dos livros em “estante fechada com chave, e rede de arame” de sorte a não serem vistos nem lidos por pessoas não autorizadas. Posse e leitura de livros proibidos, portanto, eram um privilégio a ser fruído na privacidade, não podendo ser ostentado publicamente. Houve, porém, quem se gabasse em público de possuí-lo, como o desembargador Tomé Joaquim Gonzaga, no Rio de Janeiro, denunciado à Inquisição, em 1778, por dizer que não havia Inferno e “outras proposições temerárias”.⁸⁸



15. A proibição de ler certas obras, vigente em Portugal por mais de três séculos, era, na prática, burlada ou contornada pelos mais influentes. (Rol dos livros que neste reyno se prohibem..., 1564, Portugal)

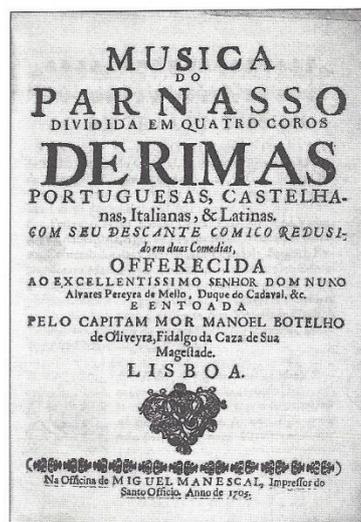
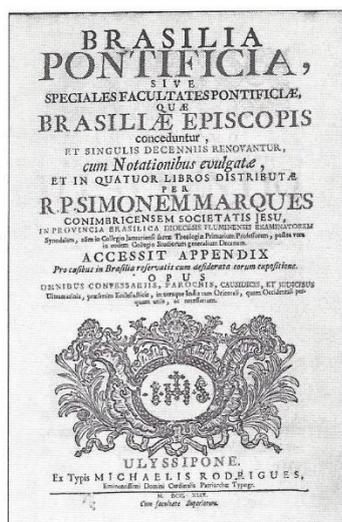
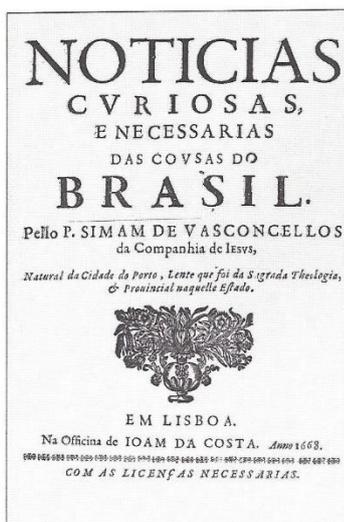
Os livros prestavam-se a usos mais privados, alguns deles ligados ao sagrado, outros, pelo contrário, extremamente mundanos. Primeiro, auxiliavam os fiéis a praticarem suas devoções religiosas; além disso, operavam como enfeites,

como indicam os inventários, nos quais os aspectos materiais dos livros são minuciosamente descritos, e também a prática de decorar as casas com estantes que aparentavam ter livros, mas, de fato, não os tinham — eram estantes com livros simulados. Por serem usados como ornamentos, porque haviam “de estar na estante juntos”, funcionando como enfeites, Manuel Ribeiro dos Santos, um livreiro das Minas de meados do Setecentos, exigia que seus fornecedores lhe enviassem os livros “com títulos dourados nas costas”, “os mais dourados e melhores; todos novos”.⁸⁹

Obviamente, a valorização das aparências não eliminava o papel dos livros enquanto fonte de saber, num mundo de instrução escassa, que fazia do autodidatismo um meio importante de acesso aos conhecimentos. Como já foi visto, alguns letrados mineiros lograram expressar-se em francês contando com apenas uma gramática. Mais célebres que estes, no entanto, foram o químico prático João Manso Pereira, que, de formação autodidata, chegou a escrever e publicar livros na segunda metade do século XVIII, ou o cônego Vieira da Silva, que, sem sair nunca do Brasil, vivendo e estudando nas Minas e em São Paulo do Setecentos, bebeu da ilustração pelos livros de sua preciosa biblioteca, ficando à frente de muitos coimbrãos de seu tempo.⁹⁰

Os livros foram, muitas vezes, motivo de inventividade entre seus leitores. Em casos extremos, foram usados na sedução e gozo dos prazeres mais íntimos, subvertendo os valores estabelecidos. Frei Luís de Nazaré, reputado exorcista baiano de inícios do século XVIII, usava-os para seduzir as mulheres: fazendo-as tremer e estrebuchar ao ler “por uns livros que trazia os exorcismos”, ordenava-lhes que saciassem seus desejos sexuais, no que lhe obedeciam, pois “o livro por que fazia os exorcismos assim o mandava”.⁹¹ Depois de seduzir e engravidar Rosa Maria Pereira, o padre Antonio José de Azevedo, em 1764, em Mariana, passou-lhe uma receita, tirada de um livro, que pretensamente lhe restituiria a virgindade; a dita mulher tomou o remédio e se julgou “curada”, entendendo-se de novo donzela.⁹²

A relação estabelecida com os livros esteve perpassada pela oralidade e pela indistinção entre o público e o privado: a leitura privada e silenciosa, feita em bibliotecas de escolas, conventos ou residências, convivia com a leitura oral, desenvolvida no recôndito dos lares; e, ainda, com a leitura oral pública, realiza-



16, 17, 18, 19, 20, 21, 22.

Frontispícios de algumas das obras mais lidas na América portuguesa durante o século XVIII. (16. Simão de Vasconcelos, Notícias curiosas, e necessarias das cousas do Brasil, pello P. Simam de Vasconcellos da companhia de Iesus..., 1668; 17. Simão Marques, Brasilia Pontificia, sive speciales facultates pontificiae..., 1749; 18. Manuel Botelho de Oliveira, Musica do parnasso em quatro coros de rimas portuguezas, castelhanas, italianas & latinas..., 1705; 19. Simão de Vasconcelos, Vida do venerável padre Joseph de Anchieta..., 1672; 20. Compendio historico do estado da Universidade de Coimbra..., 1772; 21. Anedoctes sur mme. La comtesse du Barry [1775]; 22. Jean-Jacques Rousseau, Émile, 1762)

da principalmente nas igrejas, sociedades literárias e salas de aula. A leitura oral, pública e privada, proliferou na medida em que reinava o analfabetismo. A oralidade e a publicidade da leitura, embora comuns entre os letrados, representavam sobretudo uma alternativa para os analfabetos ou para os que entendiam apenas o português. A relação com os livros marcava-se também, à semelhança do sucedido na Europa, pela coexistência das leituras extensiva — leitura de textos diversos — e intensiva — leitura repetida dos mesmos escritos.

A oralidade ressoava nos templos religiosos, nos colégios jesuíticos e nas aulas régias. Nas igrejas, havia os *leitores*, clérigos de ordens sacras menores cuja função era especificamente realizar a leitura oral e pública.⁹³ Nos colégios, eram frequentes as disputas orais entre os alunos sobre as matérias estudadas nos livros e, ainda, os atos públicos (apresentações de trabalhos), aos quais acorria o público externo à escola, até mesmo as autoridades laicas e religiosas.⁹⁴ O cultivo à oralidade na escola sobreviveu à expulsão dos jesuítas e à implantação das aulas régias. Nos seminários, em Minas e no Grão-Pará, havia disputas públicas entre os seminaristas; nas aulas régias de retórica, os alunos escreviam textos a serem lidos publicamente, depois de corrigidos pelos mestres.⁹⁵

Quando a colonização ainda engatinhava, no século XVI, nas fimbrias do público com o privado, a oralidade e a inventividade

23. A estante com livros, o globo, as resmas de papel, a pena, o tinteiro: objetos de escrita e de leitura num ambiente em que a rede e o chão de tábuas lavadas dão o tom tipicamente colonial. (Jean Baptiste Debret, Um erudito trabalhando em seu gabinete, detalhe)

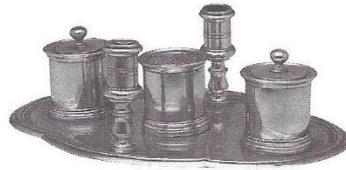


co. No interior das casas das pessoas das elites, não tanto econômicas mas sobretudo intelectuais, os livros e a leitura foram ganhando mobílias, instrumentos, espaços especialmente reservados: as bibliotecas ou “livrarias”. Foi uma conquista paulatina e típica das elites intelectuais, ocorrendo no Brasil a partir do final do século XVIII e ainda inconclusa à época da independência. Objetos para leitura, escrita e armazenagem de livros existiam nas residências, mesmo naquelas em que faltavam livros. Certas casas mineiras e cariocas contavam com tinteiros, papelarias, estantes — algumas com livros simulados —, conservando penas de escrever, até para vendê-las, sem, contudo, possuírem livros. Em outras, por sua vez, havia estantes e livros, acrescentando-se, em alguns casos, tinteiros e mapas.⁹⁸ Nas residências dos inconfidentes mineiros, como o rico poeta Alvarenga Peixoto, o padre Toledo e o padre Costa, não existia um espaço específico para a leitura e os livros, mas apenas, no caso do primeiro, uma escrivaninha,⁹⁹ com um tinteiro, areeiro,¹⁰⁰ caixa de obreias,¹⁰¹ e campainha, e, entre os dois últimos, estantes, onde se podiam ao menos guardar os livros.¹⁰²

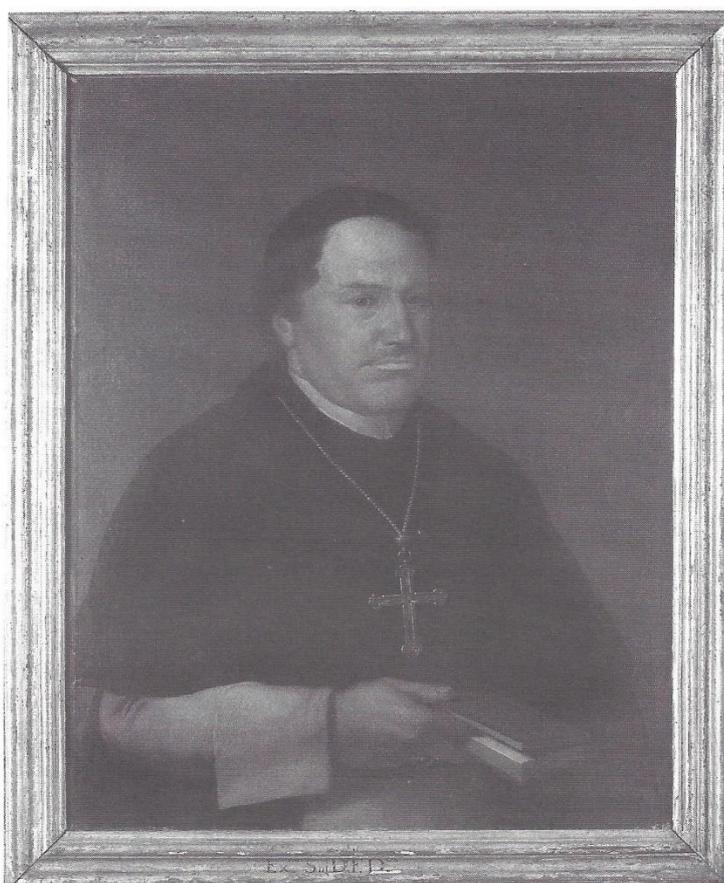
O bispo d. frei Domingos da Encarnação Pontével, próximo a 1793, dispunha de uma enorme quantidade de móveis em sua residência de Vila Rica. Seus 1056 volumes encontravam-se em uma grande estante, com quatro gavetas, nove pés

com cimalha, dourados de trinta palmos, talvez situada num cômodo cujas paredes encontravam-se ornamentadas por “cinco mapas de vários temas”, “com suas guarnições de jacarandá torneado” e “quatro retratos das pessoas reais”. Para ler e escrever, Pontevel recorria a uma parafernália de “óculos”: um “óculo de papelão com seu vidro”, “um óculo de cinco canudos”, um “pequeno de um canudo” e “uma caixa de óculos tartaruga”. Escrevia, com um tinteiro-areeiro, em folhas tiradas de suas resmas de papel da Holanda. Em Mariana, na transição da Colônia para o Império, o bispo d. frei José da Santíssima Trindade residia num luxuoso palácio com uma infinidade de ambientes, utensílios e móveis, muitos desses passíveis de serem usados para leitura e escrita: mesas, cadeiras, poltronas, estantes de livros, escrivaninhas, tinteiros, “pedra de escrever”. Dois cômodos do palácio, porém, eram peculiares: a “sala de filósofos”, onde havia uma mesa de jacarandá, doze globos geográficos, mesas semi-rendadas, uma cadeira episcopal e onze cadeiras de encosto, e a “sala de livreria”, na qual se encontravam um cofre, uma escrivaninha com gavetas e sete mapas geográficos. Pode-se supor que, na primeira sala, realizavam-se aulas, reuniões e conferências, enquanto, na segunda, talvez se processassem apenas a escrita e a leitura, mas não o armazenamento de livros, já que não possuía estantes.¹⁰³

Outras figuras de proa e intelectuais possuíam um ambiente específico para seus livros e a leitura. Em Minas, na biblioteca de Cláudio Manuel da Costa, as paredes decoravam-se com “mapas, com guarnição de pau, com suas cabeças torneadas”, um tanto gastos. Os móveis eram estantes e, provavelmente, uma mesa, em cuja gaveta o poeta guardava “uma borracha em seu bocal de prata, com sessenta e uma oitavas de ouro em pó”, com uma escrivaninha e “um livro de razão”, no qual anotava seus negócios. Assim, o poeta alternava, num mesmo ambiente, as atividades comezinhas de minerador e usurário com a leitura e a escritura de poesias e outros escritos. O cômego Luís Vieira da Silva, também inconfidente, mas dotado de menos posses que Cláudio, possuía, em termos de ambiente, uma livreria similar à do poeta. Nas paredes, viam-se treze mapas “com guarnições de jacarandá-preto torneado”. Os livros estavam em “duas estantes de pau com cimalthas”, e a leitura e a escrita eram feitas numa “mesa de madeira branca, lisa, com gaveta, sem fechadura, de sete palmos de comprimento e



24. Conjunto de objetos de escrita.
(Tinteiro, século XVIII)



25. Bispo d. frei Domingos da Encarnação Pontével, século XVIII, Mariana.

cinco de largo”. Para cortar papel, o cônego recorria a uma tesoura.¹⁰⁴ No Rio de Janeiro, o dr. Manuel Antunes Suzano, abastado proprietário, possuía um “escritório” em sua residência, onde provavelmente lia, escrevia, armazenava os livros e tratava de seus negócios. Desenvolvia tais atividades ouvindo o relógio de corda que se encontrava na parede, assentando-se em um entre seis tamboretas, retirando livros de duas estantes, arranjando seus papéis sobre uma banca grande de jacarandá, com pés torneados, usando uma escrivaninha de metal e, ainda, utilizando uma campainha para chamar os criados.¹⁰⁵

Os progressos da privatização não eliminaram nem a oralidade nem a publicidade na relação estabelecida com os livros. A leitura oral, pública e privada, era corrente em Por-

tugal no Setecentos. Em Lisboa, d. João v, quando doente, e seu sucessor, d. José i, adotavam o sistema de “ouvir ler”; lavadeiras, carregadores, moleques de rua juntavam-se para ouvir as histórias contadas por cegos e adquirir folhetos de cordel. Em Coimbra, os estudantes, vários deles brasileiros, em suas casas e também pelas ruas, liam oralmente livros, emprestavam-nos, expunham e discutiam seus conteúdos, travando “disputas”, imergindo numa boêmia literária, muitas vezes companheira da contestação aos dogmas de religião católica, tangenciando a heresia — e, portanto, afrontando F.¹⁰⁶

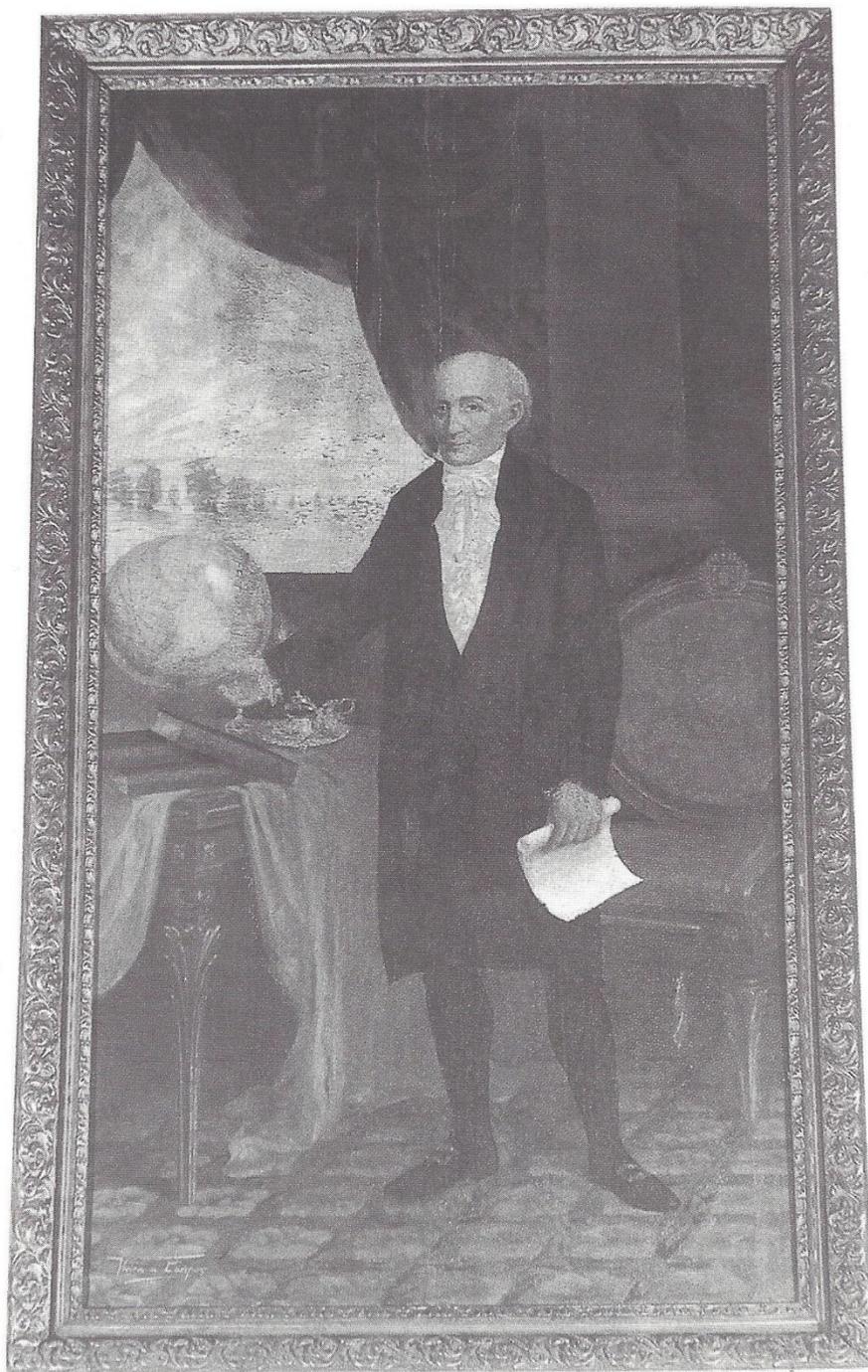
No Brasil, sucedia o mesmo, tanto que as *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*, editadas no início do século XVIII, proibiam não apenas a leitura de obras defesas, mas também o *ouvir ler* as mesmas. Ademais, a documentação inquisitorial e as devassas das conjurações de fins do século XVIII — analisadas mais profundamente, neste livro, por István Jancsó — revelam a recorrência se não tanto do *ouvir ler*, ao menos de uma sociabilidade calcada na disputa oral sobre os conteúdos dos livros. Em Ouro Preto, nos idos de 1722, várias pessoas reuniam-se com Diogo Henrique para ouvir-ler o livro *Eva e Ave* e falar sobre as vidas dos santos.¹⁰⁷ Décadas mais tarde, os inconfidentes mineiros transformavam espaços privados e, no caso do alferes, também locais públicos em palcos de empréstimos e permuta de publicações, leitura e reparos de poesias, traduções de trechos de obras e, sobretudo, acaloradas discussões em torno de livros e da situação da capitania. O epicentro de toda essa atividade literário-política foi a residência do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, em Vila Rica. Nessa casa, os rebeldes não encontravam um local destinado especificamente à armazenagem e à leitura de livros, mas podiam retirá-los em duas estantes, uma pintada e outra mais usada, além de reunir-se sentados em cadeiras de damasco amarelo, repousando seus papéis e livros em mesas de pau-branco ou em outras menores, cobertas de pano verde; em meio a uma polêmica e outra, talvez voltassem os olhos para os mais de 42 quadros de pintura que forravam as paredes.¹⁰⁸ Da residência de Andrade, a boêmia estendeu-se para outras casas, como as pertencentes a Cláudio Manuel da Costa, Domingos Vieira, Tomás Antônio Gonzaga e João Rodrigues de Macedo, contando, porém, com menor assistência. O Tiradentes rompeu a privacidade das tertúlias,

levando a inquietação a muitos lares, contagiando os caminhos e os bordéis, onde acordou com as prostitutas o pagamento pelos préstimos para depois da revolução.¹⁰⁹ Engastando-se na oralidade originalmente privada, a boêmia literário-política, assim, insinuou-se sobre as ruas, açodando o público e, talvez por isso, pondo a perder os vagos planos de rebelião.

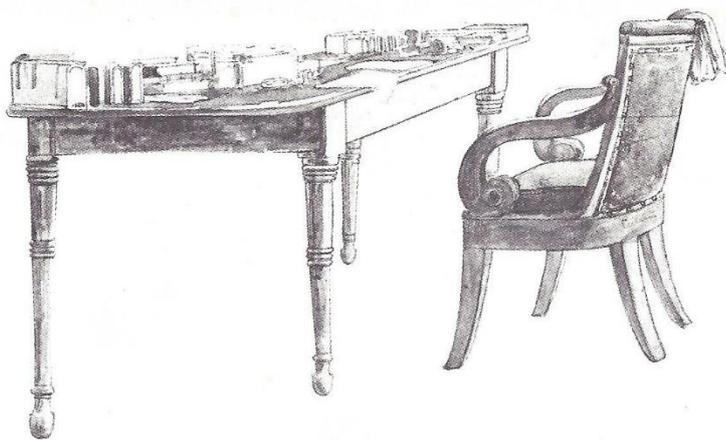
Nos conventículos, os conjurados discorriam sobre a situação da capitania, mirando-se nas Treze Colônias Inglesas da América do Norte, cuja independência chegaram a conhecer principalmente por meio de escritos publicados em francês, em particular a obra do abade Raynal. Esta obra e outros livros auxiliavam-nos a refletir sobre a situação das Gerais, a orquestrar a sedição e a definir os horizontes da ordem pós-revolucionária. Algumas delas incendiavam as mentes falando sobre os direitos dos povos, o antidespotismo, as riquezas da Colônia e sua exploração pela Metrópole — e o alferes andava com elas, importunando seus conhecidos para traduzirem os trechos mais subversivos e exibindo um “Mapa” que denunciava a riqueza das Minas.¹¹⁰ Se, nas reuniões, tais livros não eram lidos, constituíam, no mínimo, os focos das polêmicas, tendo o livro de Raynal sido decalcado ao se esboçarem os planos de revolta. Os conjurados leram em Raynal que era justo voltar-se contra um soberano, fosse ele despótico ou não, e, ainda, que o problema dos impostos tinha estimulado os norte-americanos a se rebelarem. Disso concluíram que, em Minas, a questão fiscal, materializada na Derrama, poderia surtir os mesmos efeitos, despertando o ódio nos povos e tornando-os aliados da sedição. Por isso, o padre Carlos Toledo afirmou que Raynal ensinava como fazer a rebelião; por isso também, o citado padre, Freire de Andrade, Tiradentes, Alvarenga Peixoto e o padre Rolim, consideraram que “o Abade Raynal tinha sido um escritor de grandes vistas”: a obra de Raynal subsidiava-os, teórica e praticamente, na luta contra o domínio colonial!¹¹¹

Na Bahia, no Maranhão, no Rio de Janeiro, em Minas e Pernambuco, tal como na Metrópole, liam-se e debatiam-se obras que contestavam os dogmas do catolicismo e as normas eclesiásticas, pondo-se em dúvida até mesmo passagens da Bíblia.¹¹² No Rio, nos idos de 1794, em vários espaços, leram-se, discutiram-se e emprestaram-se livros, em especial sobre a situação política na França, Espanha, Portugal e Brasil. Pri-

26. *Figura de destaque da América portuguesa, o visconde de Cairu se fez representar junto com objetos que sugerem atividade intelectual: o globo terrestre, os livros, o tinteiro, a pena.* (Vieira Campos, José da Silva Lisboa, visconde de Cairu, Salvador)



27. Apesar de nem sempre haver aposentos específicos para a prática da escrita e da leitura, a cadeira e a mesa de trabalho atestam a preocupação com certo recolhimento. (Thomas Ender, Interior de residência do barão von Huguel [...] no Rio de Janeiro em 1817, detalhe)



meiro, em locais propriamente públicos, como o cais, a praia, os adros de igrejas, as escadas de hospício e a academia literária. Em segundo lugar, em ambientes privados, como as residências. Por fim, em espaços que ficavam entre uma e outra categoria, como lojas, boticas, casas de professores régios e mestres-escolas, os quais, de um lado, por serem propriedade particular, inscreviam-se no privado e, por outro, por permitirem a afluência indiscriminada de pessoas, fregueses ou alunos, não garantindo a privacidade, vinculavam-se ao público. A leitura oral, no entanto, circunscrevia-se aos locais privados e semipúblicos. Em residências, lojas e boticas, alguns dos homens envolvidos nessas tertúlias políticas, acusados ou não de inconfidência, liam oralmente jornais — o *Mercúrio francês* e *Correio de Londres* —, enquanto outros ouviam, e todos, então, discutiam as novas e tomavam partido, às vezes acaloradamente. Nesses espaços e também em locais públicos, preferiam-se discursos contra a Fé, o Rei e a Lei: duvidava-se das palavras da Bíblia, postulava-se que a origem do poder real encontrava-se nos povos, defendia-se a sublevação contra um rei despótico e o regicídio nos casos dos que eram traidores, elogiava-se a república e detratava-se a monarquia, atacava-se a fidalguia, aplaudiam-se os sucessos da França revolucionária... Defendiam-se a liberdade e um governo “democrático”!¹¹³ Eram F, L e R a tornarem-se foco de agudo questionamento, embora ainda não de contestação armada; eram os livros a serem lidos e discutidos; eram a oralidade e a inventividade a conjugarem-se, definindo turbulências para F, L e R:



1. Este são Benedito de olhos azuis dá forma à espiritualidade multifacetada das populações coloniais, misturando uma das mais populares devoções da gente de cor e os traços próprios dos colonizadores europeus.

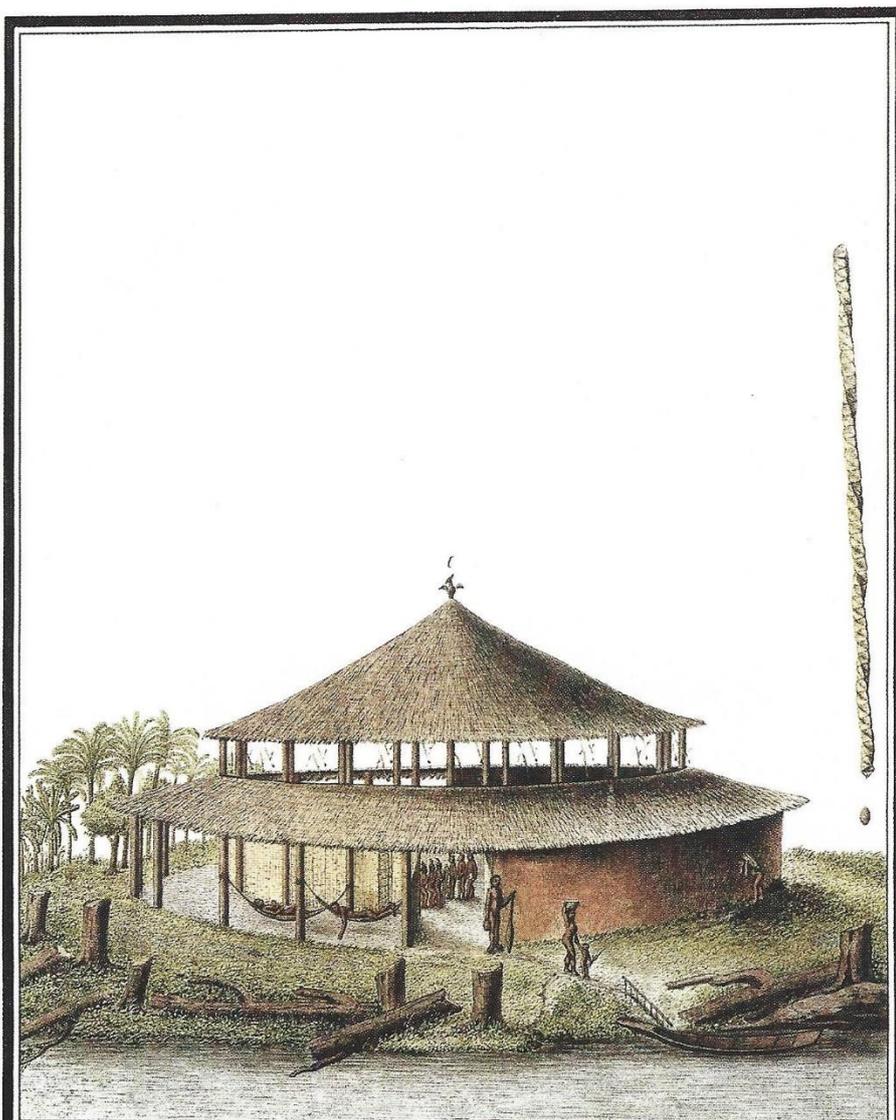
(São Benedito, século XVIII, São Paulo)



2, 3. A devoção a são Miguel Arcanjo, árbitro das almas do Purgatório, foi muito difundida na América portuguesa, personificando a luta entre as forças do Mal e as do Bem. Ganhou forma tanto nas imagens mais eruditas quanto nas de cunho acentuadamente popular.

(2. São Miguel Arcanjo, século XVIII;
3. Ex-voto, são Miguel e almas, século XVIII)





Frum

Prospecto de hua das vivas e suas Malucas, de que constava a Maluca do Gentio Curutea, situada na margem oriental do Rio Apurures, acima da 2.ª Cachoeira do mesmo Rio, e em distancia de 6. dias de viagem acima da sua foz.



4. Os espaços indivisos que dificultavam, para boa parte da população, a vivência plena da intimidade.

(Maloca dos índios Curutu, século XVIII)

5. A rusticidade da imagem quase sempre atesta a popularidade da devoção.

(São José de Botas, final do século XVII, Embu, São Paulo)



6. *Nossa Senhora do Bom Parto: a invocação dos santos protetores tinha o intuito de minorar o sofrimento na hora de trazer as crianças ao mundo.*

(Século XVII, São Paulo)



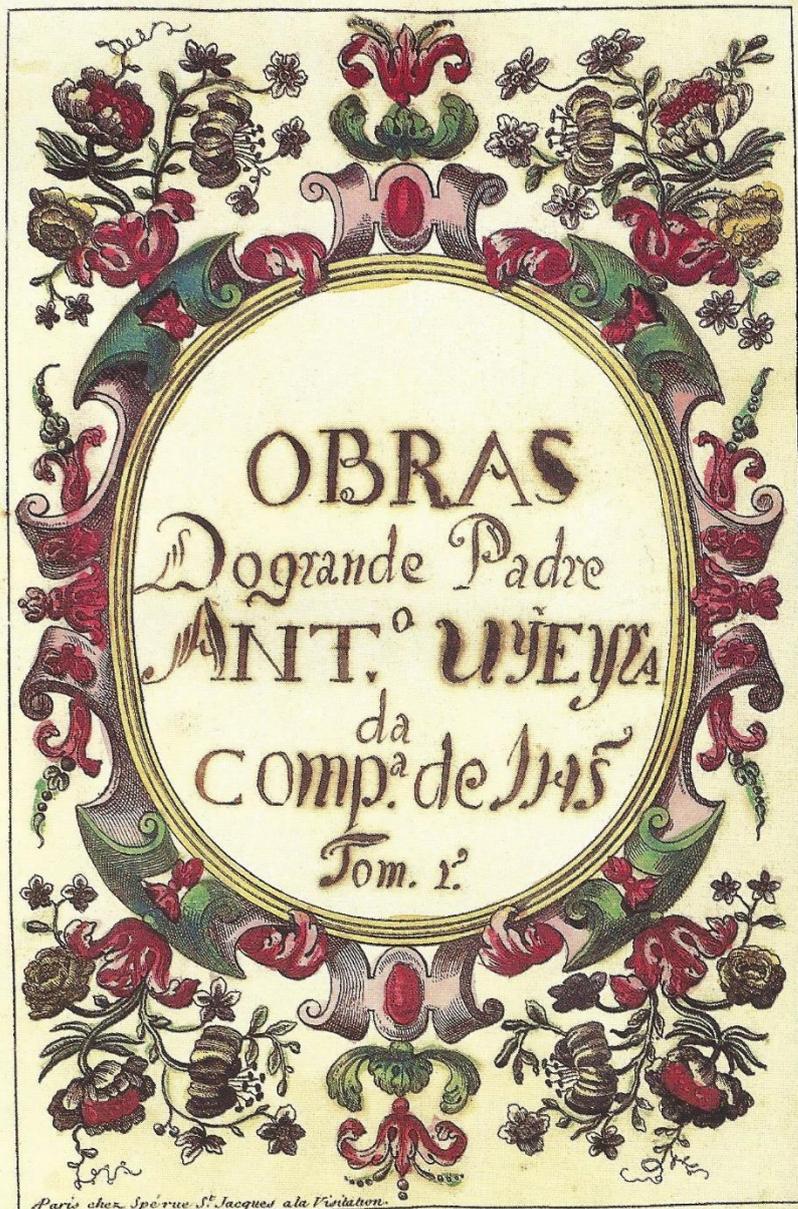
*7. O ato solitário de escrever numa de suas
mais altas expressões: santa Teresa d'Ávila,
compondo, talvez, um de seus poemas.*

(Santa Teresa Leitora, século XVIII)



8. Os espaços indivisos: a mesa de leitura e de escrita divide o ambiente com o leito de dormir e a penteadeira com objetos de tocador.

(Thomas Ender, Interior de residência [quarto de dormir] do barão von Huguel [...] no Rio de Janeiro em 1817)

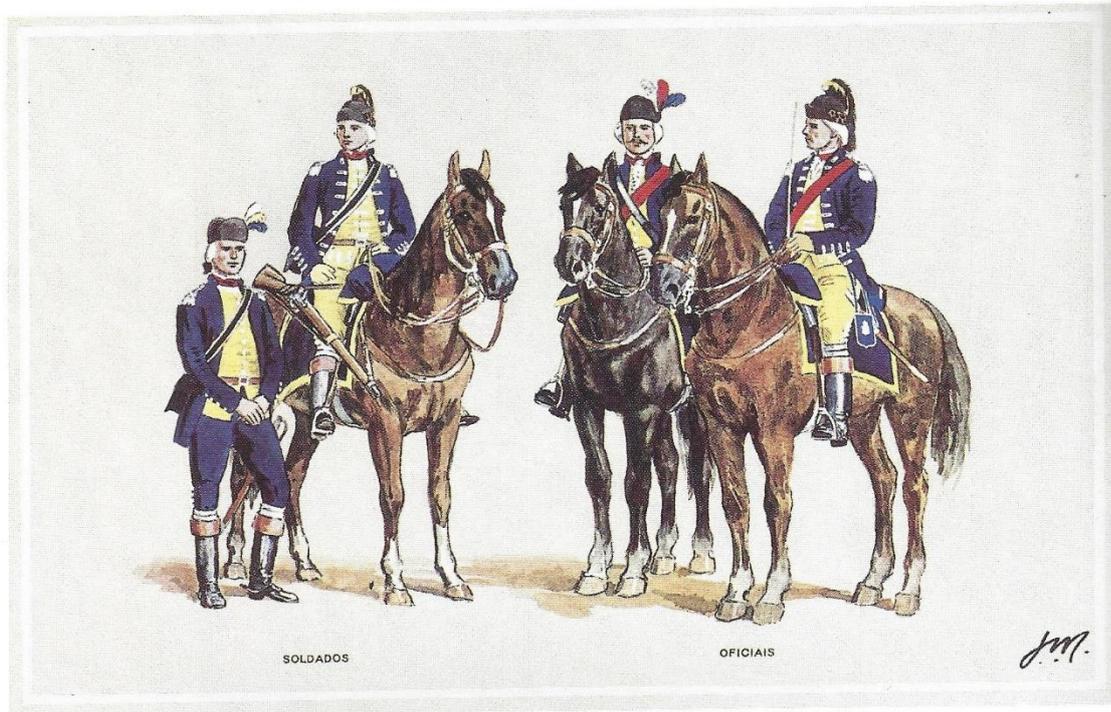


9. Frontispício de uma das obras mais lidas na América portuguesa durante o século XVIII.



10. As bibliotecas de eclesiásticos contavam entre as melhores da Colônia e eram motivo de orgulho: aqui, dom frei Manuel da Ressurreição, terceiro bispo de São Paulo (1771-89).

(Século XVIII, São Paulo)



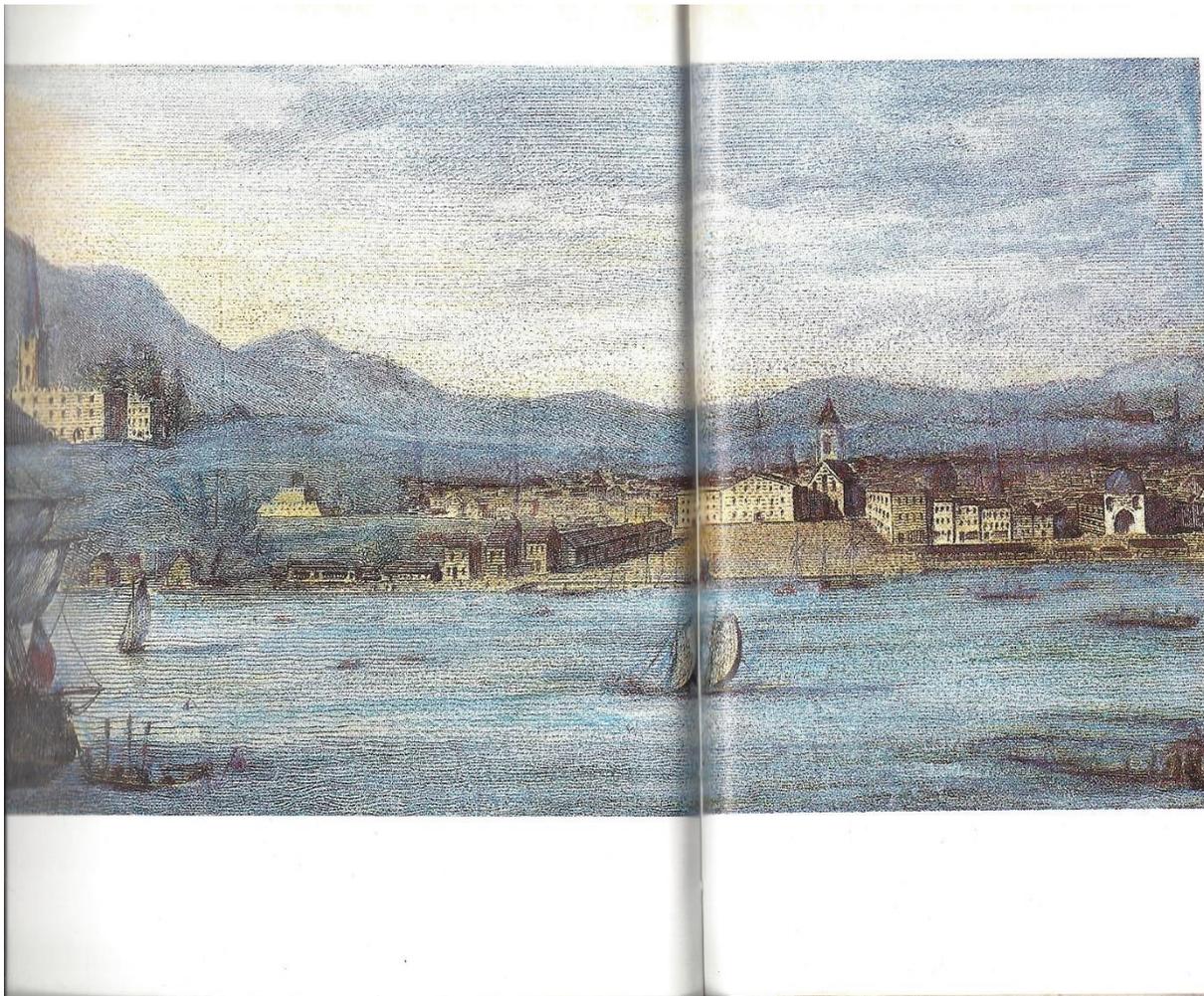
11. Soldados e oficiais integrantes do esquadrão de cavalaria da guarda dos vice-reis no tempo da sedição de 1794, Rio de Janeiro.

(José Wasth Rodrigues, Esquadrão da cavalaria da guarda dos vice-reis — 1786)



12. *Oficiais e infantaria
(à esquerda); soldado e oficial
de artilharia (à direita)
atuantes no Rio de Janeiro na
época em que a cidade assistiu
ao suplício de Tiradentes.*

*(José Wasth Rodrigues, Infantaria
e artilharia — 1786)*



13. Vista do Rio de Janeiro
no tempo dos vice-reis, que
aportou na cidade o viajante
inglês James Cook.

(c. 1768)



14. A chegada da família real é um indício das profundas mudanças que marcam as relações entre Metrópole e Colônia no início do século XIX. Impregnou de tal forma nosso imaginário político que inspirou um de nossos maiores pintores contemporâneos.

(Cândido Portinari, Chegada da família real portuguesa à Bahia, 1952)

o Brasil não era mesmo um imenso Portugal e, nele, algumas gentes mostravam-se ansiosas por romper o grilhão que as fazia súditas de um império colonial.

CONCLUSÕES

No Brasil, às diversas línguas indígenas e africanas, somaram-se algumas línguas européias, predominando entre estas o português, seguido em São Paulo, durante a União Ibérica, e no Sul, pelo espanhol. Após a “indianização” inicial, espanhóis e portugueses curvaram-se, em geografia e tempos diversos, às “línguas gerais” de origem tupi. Ao mesmo tempo, os lusitanos reprimiram o uso das línguas africanas. A partir de meados do século XVIII, executou-se uma política de difusão do português e de ataque às “línguas gerais”, substituídas, por diferentes fatores, pela língua portuguesa na maior parte do país. Até o final do século XVIII, o latim foi a principal língua culta, sofrendo, a partir daí, a concorrência do francês, veículo de idéias sediciosas que punham em perigo F, L e R.

Na sociedade colonial, malgrado a negligência das autoridades e o desinteresse social, a escola foi objeto de valorização, que se distribuiu de forma irregular pelos grupos sociais, concentrando-se entre os bem situados na ordem social e crescendo a partir do século XVIII. Na falta de escolas públicas, a instrução escolar veio se agasalhar no espaço privado, repousando em vínculos mais ou menos formais que ligavam um mestre a aprendizes, fossem eles de primeiras letras, ou de outros níveis, ou ainda de ofícios. Sendo apanágio de poucos, perpassada por juízos estamentais, constituiu, ao mesmo tempo, um elemento de reprodução da ordem social e de ostentação, integrando a civilidade das aparências característica das sociedades do Antigo Regime.

As bibliotecas privadas na Colônia, do século XVI ao XIX, foram poucas, tendo a propriedade de livros se concentrado nas mãos de um reduzido número de pessoas e se limitado a uns poucos títulos, preponderantemente de cunho devocional. Os donos de bibliotecas, em sua maioria, eram membros das elites, que combinavam a propriedade (de terras, gado e minas) ou o envolvimento no comércio a ofícios que exigiam uma educação mais esmerada. Assim, clérigos, advogados, médicos e funcionários públicos dos altos escalões destaca-

ram-se como os principais proprietários de livrarias. A composição das bibliotecas (número de livros e distribuição desses pelas áreas do saber) dependeu menos da riqueza dos seus proprietários que das carreiras profissionais por eles abraçadas: não era o cabedal portentoso que definia o interesse por livros, e sim os ofícios aos quais as pessoas se dedicavam e o nível educacional por eles exigido, havendo nas bibliotecas um maior número de livros relacionados às profissões de seus proprietários. As livrarias, ademais, foram espaço de obediência a F, L e R, mas também de contestação: desde o século XVI os leitores adquiriram livros proibidos e, a partir do século XVIII, passaram a interessar-se por obras afinadas com as modificações científicas, com a ilustração e, ainda, escritas em língua francesa ou inglesa.

Se, sobretudo a partir de meados do século XVIII, houve na América portuguesa progressos quanto aos livros, ampliando-se o número de bibliotecas privadas, as áreas de saber nelas contempladas e a quantidade de títulos que as constituíam, nada conseguiu abalar fortemente a predominância da oralidade na cultura. Maior até o século XVII e recuando no Setecentos, sem, contudo, perder toda a pujança, a oralidade permeava as formas de comunicação e a vida cotidiana, no público e no privado, inclusive a relação com os livros. A posse, a leitura e a escritura dos livros, ao mesmo tempo, estiveram recortadas pela civilidade das aparências e por interdições e privilégios enraizados no caráter estamental da sociedade e no absolutismo. Objetos imersos nas teias da estrutura social e política, fontes de saber e signos de privilégios, os livros desfrutaram de prestígio, tendo sua valorização se disseminado das elites às camadas populares, assumindo sentidos distintos conforme o grupo social. Na passagem do século XVIII ao XIX, inseriram-se, ainda, num movimento de progressiva privatização entre as elites intelectuais: ganharam mobílias e espaços específicos de armazenamento no interior das residências e tornaram-se, cada vez mais, objetos de leitura e de discussão privada, embora fossem ocasionalmente alvos de acirrados debates públicos.

Lidos de diferentes modos — intensiva e extensivamente, oral e silenciosamente, privada e publicamente —, os livros foram motivo de inventividade para alguns leitores. Presente desde o século XVI, esta percorreu um longo caminho, do qual

restaram poucos vestígios, sendo patente, no entanto, um acirramento dos ânimos contra F, L e R na passagem do Setecentos para o Oitocentos. Monarquia, sistema colonial, Igreja, fidalguia... Nada parecia ser poupado, evidenciando que a ordem F, L e R estava em seus estertores. Um império colonial estava prestes a ruir; e outro, numa transação conservadora, prestes a nascer.

- 40 *Nossa Senhora da Boa Morte* (século XVIII); madeira. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 41 Cofre-esmoleira (século XVIII), coleção Particular, Minas Gerais. In CAMPOS, Adalgisa Arantes. "A terceira devoção do Setecentos mineiro. O culto a São Miguel e almas". Tese de doutorado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1994.
- 42 *Almas no Purgatório* (século XVIII), caixa de esmolas, Bahia; cedro com pintura, 6 x 13 x 30 cm. São Paulo, Coleção João Marino.
- 43 *Almas no Purgatório* (início do século XIX), cofre de esmolas, São Sebastião, São Paulo; cedro com pintura, 20 x 12 x 6 cm. São Paulo, Coleção João Marino.
- 44 *O Juízo Final* (século XVIII). In *Officium Beatae Mariae Virgini, nuper reformatum, & Pii v. pontificis maximi jussu editum: ad instar breviarii romani sub Urbano VIII*. Recogniti. Antuerpia, Typographia Plantiniana, 1724; gravura em missal ilustrado. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 45 Sem título (século XVIII). In PERRIER, Alexandre. *Desengano dos pecadores, necessário a todo gênero de pessoas, utilíssimo aos missionários e aos pregadores desenganados que só desejam a salvação das almas*. Lisboa, Miguel Menescal da Costa, 1765; gravura. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
- 46 [A morte em casa]; aquarela. In idem, *ibidem*. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 47 Santos óleos (segunda metade do século XVIII), Minas Gerais; prata fundida e repuxada, 17 cm, 535 g. São Paulo, Coleção João Marino.
- 48 *Mapa de altar* [representando exéquias do tio do governador de São Paulo, Morgado de Mateus]. In *Louvações a Morgado de Mateus*, manuscrito, 1758. São Paulo, Coleção José Mindlin.

7. O QUE SE FALA E O QUE SE LÊ: LÍNGUA, INSTRUÇÃO E LEITURA

- 1 NANTES, Bernard de. *Katecismo indico da lingua Kariris, acrescentado de varias praticas doutrinaes, & moraes, adaptadas ao genio, & capacidade dos indios do Brasil, pelo padre Fr. Bernardo de Nantes, capuchinho, pregador & missionario apostolico; oferecido ao muy alto, e mui poderoso rey de Portugal Dom João V S. N. que Deos guarde*. Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, Impressor de Sua Magestade, 1709. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 2 MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Tesoro de la lengua guarani*. Compvesto por el padre Antonio Ruiz de la Compañia de Iesvs. Dedicado a la Soberana Virgen Maria. Em Madrid, por Ivan Sanches, 1639. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 3 RUY, Antonio. *Katecismo de la lengua guarani*. Compuesto por el padre Antonio Ruy de la Compañia de Iesus. Dedicado a la purissima Virgen Maria. Concebida sin mancha de pecado original. Madrid, 1640 [manuscrito impresso nas Missões Jesuíticas]. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 4 Idem, *ibidem*. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 5 Gabriel Francisco Debrie: *Padre Antônio Vieira* (1745), Lisboa; gravura de buril preto sobre papel, 16,5 x 11,3 cm. In *Encontro entre Culturas. Oito Séculos de Missionação Portuguesa*. Mosteiro de São Vicente de Fora. Conferência Episcopal Portuguesa, 1994.
- 6 Jean Dieuzaide, Universidade de Coimbra, Portugal. In, Maxwell, Keneth. *Paradox of the Enlightenment*, Cambridge University Press, 1995.
- 7 Casa do Capítulo, Universidade de Coimbra, Portugal. In, Maxwell, Keneth. *Paradox of the Enlightenment*, Cambridge University Press, 1995.
- 8 Diploma de José Álvares Maciel (1785), Ubá, Minas Gerais. Ouro Preto, Museu da Inconfidência.
- 9 [Fachada do] Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte — Seminário Menor, Mariana, Universidade Federal de Minas Gerais.
- 10 Carlos Julião: sem título (segunda metade do século XVIII). In *Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros, dos usos do Rio de Janeiro e Serro do Frio*; aquarela. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
- 11 *Sant'Ana Mestra* (início do século XVIII), Recife; barro cozido e policromado, 59 cm. São Paulo, Coleção João Marino.
- 12 *Frei Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana* (1764); óleo sobre tela. Mariana, Museu Arquidiocesano de Arte Sacra.
- 13 CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas de Luís de Camões, com privilégio real*. Impressos em Lisboa com licença da Santa Inquisição & do Ordinário: em casa de Antonio Gõçalvez. Impressor, 1572. São Paulo, Coleção José Mindlin.

- 14 GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu*. Lisboa, T. A. G., Tipografia Nunesiana, 1792. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 15 *Rol dos livros que neste reyno se prohibem per o serenissimo cardeal infante, inquisidor geral nestes reynos e senhorios de Portugal, com as regras do outro rol geral que veo do Santo Cincilio, trasladada em language vulgar por mandado do senhor, para proveito daqueles que carecem de lingua latina. Impresso em Lisboa por Francisco Correa, impressor do cardeal infante nosso senhor. Anno de 1564, no mes de outubro. Com privilegio real.* Portugal. In: Bettencourt, Francisco. *Historia das Inquisições*. Círculo de Leitores e Autor, 1994.
- 16 VASCONCELOS, padre Simão de. *Noticias curiosas, e necessarias das cousas do Brasil, pello p. Simam de Vasconcellos da Companhia de Iesus, natural da cidade do Porto, lente que foi da Sagrada Theologia, & provincial naquelle Estado*. Lisboa, Officina de Ioan da Costa, 1668. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 17 MARQUES, padre Simão. *Brasília Pontificia, sive speciales facultates pontificiae, quae Brasiliae Episcopis conceduntur et singulis decenniis renovantur, cum Notationibus evulgatae, et in quatuor libros distributae per R. P. Simonem Marques conimbricensem Societatis Jesu, in Provincia Brasiliica diocesis fluminensis examinatore...* Accessit Appendix procasibus in Brasilia reservatis cum desiderata eorum expositione. *Opus omnibus confessariis, parochis...* Ulyssipone, Ex Typis Michaelis Rodrigues, Eminentissimi Domini Cardinalis Patriarchae Typogr. 1749. [Frontispício.] São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 18 OLIVEIRA, Manuel Botelho de. *Musica do parnasso [dividida] em quatro coros de rimas portuguezas, castelhanas, italianas & latinas. Com seu descante comico redusido em duas comedias, offerecida ao excelentissimo senhor dom Nuno Alvares Pereyra de Mello, duque de Cadaval. & C. e entoada pelo capitam mor Manoel Botelho de Oliveira, fidalgo da Casa de Sua Magestade*. Lisboa, Officina de Miguel Manescal, Impressor do Santo Officio, 1705. [Frontispício.] São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 19 VASCONCELOS, padre Simão de. *Vida do venerável padre Joseph de Anchieta da Companhia de Iesu, Thavmaturgo do Novo Mundo, na provincia do Brasil. Composta pello p. Simam de Vasconcellos da mesma Companhia, lente de Prima na Sagrada Theologia, & provincial que foi na mesma provincia, natural da cidade do Porto. Dedicada ao coronel Francisco Gil d'Aravio*. Lisboa, Officina de Ioan da Costa, 1672. [Frontispício.] São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 20 *Compendio historico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados*. Lisboa, Regia Officina Typografica, 1772. [Frontispício.] São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 21 *Anedoctes sur mme. La comtesse du Barry*. Paris, A. Quantin Imprimeur-Éditeur, 1880. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 22 ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emile ou De l'education, par J. J. Rousseau. Tome Premier*. A la Haye, Jean Nédulme, Librairie, 1762. [Frontispício.] São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 23 Jean Baptiste Debret: *Um erudito trabalhando em seu gabinete*, detalhe. In DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil; aquarelas e desenhos que não foram reproduzidos na edição de Firmin Didot, 1834*. Paris, Raymundo de Castro Maya, 1954. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 24 Tinteiro (século XVIII); prata 12 x 24 x 20,5 cm, 1630 g. São Paulo, Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo.
- 25 *Bispo d. Frei Domingos da Encarnação Pontevel (século XVIII)*. Mariana, Museu Arquidiocesano de Arte Sacra.
- 26 Vieira Campos: *José da Silva Lisboa, visconde de Cairu*; óleo sobre tela, 135 x 250 cm. Salvador, Casa da Alfândega. In, Valladares, Clarival do Prado. *Nordeste Histórico e Monumental*. Salvador, Odebrecht, 1994, v.4.
- 27 Thomas Ender: *Interior de residência (quarto de dormir) do barão von Huguel [...] no Rio de Janeiro em 1817*; detalhe, desenho aquarelado original. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

8. A SEDUÇÃO DA LIBERDADE: COTIDIANO E CONTESTAÇÃO POLÍTICA NO FINAL DO SÉCULO XVIII

- 1 [Fachada da] Casa dos Contos, Ouro Preto.
- 2 João Caldas [Prospecto de Salvador] (1758). *Notícia geral da capitania da Bahia*. 1759, aquarela, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.

- 3 Frans Post: *Mocambos* (c. 1630); óleo sobre madeira. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas-Artes.
- 4 Frans Post: *Vista de um engenho de cana-de-açúcar* (c. 1630); óleo sobre madeira. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas-Artes.
- 5 *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, volume original, sétimo e último (fls. 93 e 93v) [1792]. Ouro Preto, Museu da Inconfidência.
- 6-7 Pasquim anexo ao documento *FNPM auto 5565, códice 204*, 2º ofício (século XVIII). (Arquivo da Casa Setecentista de Mariana — 13ª Coordenação Regional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN, Ministério da Cultura.)
- 8 RAYNAL, abade. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*. Genebra, Jean Leonard Pellet, 1780. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 9 Relógio de algibeira (século XVIII), Londres, Inglaterra; prata, 0,052 m. [Pertencente a Tiradentes.] Ouro Preto, Museu da Inconfidência.
- 10 Rua com sobrados (século XVIII). Tiradentes, Minas Gerais. In, Frota, Lélia Coelho. *Tiradentes. Retrato de uma cidade*. Campos Gerais, Fundação Rodrigo de Melo Franco de Andrade, 1993.
- 11 *Récul des loix constitutives des colonies angloises, confederées sous la denomination d'États-Unis de l'Amérique septentrionale*, 1778. Ouro Preto, Museu da Inconfidência.
- 12 *Obras de Cláudio Manuel da Costa* (1768), Coimbra, Edição príncipis. Ouro Preto, Museu da Inconfidência.
- 13 H. Lalaisse: *Reunião política em Pernambuco* (século XIX). In DENIS, Ferdinand. *Brésil. & FAMIN, M. C. Colombie et Guyanes*. Paris, Firmin Didot Frères, Éditeurs, 1846; gravura. São Paulo, [Coleção] Laura de Mello de Souza.
- 14 Johann Moritz Rugendas: *Praça da Piedade*. In *Voyage pittoresque dans le Brésil, par Maurice Rugendas; traduit de l'allemand par mr. de Colbery [...]*. Paris, Engelmann & Cie., 1835; aquarela. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 15-16 Autos crimes — Juízo da Comissão contra os réus eclesiásticos da Conjuração formada em Minas Gerais (1791). Ouro Preto, Museu da Inconfidência.
- 17 [Fachada da] Casa de Tomás Antonio Gonzaga, Ouro Preto.
- 18 Casa do Padre Toledo (século XVIII). Tiradentes, Minas Gerais. In, Frota, Lélia Coelho. *Tiradentes. Retrato de uma cidade*. Campos Gerais, Fundação Rodrigo de Melo Franco de Andrade, 1993.
- 19 Traves de força (século XVIII), Rio de Janeiro; madeira e ferro, 3,017 x 4,20 m. Ouro Preto, Museu da Inconfidência.
- 20 Luís dos Santos Vilhena: *Prospecto da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro* (1775); desenho aquarelado original. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

CONCLUSÃO

- 1 Félix Taunay: *Aclamação de d. Pedro I* (c. 1822); Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional; gravura aquarelada, 280 x 443 mm. In, Ferrez, Gilberto. *Mui Leal e Heróica Cidade do Rio de Janeiro*. Raymundo Castro Maya, Candido Guinle de Paula Machado, Fernando Machado Portella e Banco Boavista S.A., 1965.
- 2 Richard Bate: *Coroação de dom Pedro I* (início do século XIX), Cornell University, Estados Unidos da América; aquarela. In, Ferrez, Gilberto. *Mui Leal e Heróica Cidade do Rio de Janeiro*. Raymundo Castro Maya, Candido Guinle de Paula Machado, Fernando Machado Portella e Banco Boavista S.A., 1965.

• ILUSTRAÇÕES CADERNO COR

1. CONDIÇÕES DA PRIVACIDADE NA COLÔNIA

- 1.1 Johann Bachtá: *Vista da ilha da Cachoeirinha, com posto militar Quartel dos Arcos, no rio Belmonte* (c. 1817-18); óleo sobre folha metálica, 24,3 x 31,8 cm. São Paulo, Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo.